

AGOE/2020

Proposta da Administração



ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGOE	3
------------------------------	----------

Matérias a serem deliberadas na AGOE	
ITEM I. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2019	4
<i>ANEXO I - Itens 10.1 à 10.9 do Formulário de Referência –Comentário dos Diretores</i>	5
ITEM II. Proposta para a Destinação do Resultado do Exercício de 2019	71
<i>ANEXO II – Destinação do Lucro Líquido -Instrução CVM Nº 481, de 17.12.2009 (Anexo 9-1-II)</i>	73
ITEM III. Eleição de membros do Conselho Fiscal	80
<i>ANEXO III – Informações sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal – itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480</i>	81
ITEM IV. Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva da Companhia	86
<i>ANEXO IV - Informações constantes no item 13 do Formulário de Referência - Remuneração dos Administradores, em cumprimento ao Art. 12 da Instrução CVM nº 481/09</i>	89

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2020 ("AGOE/2020")

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE 52.3.0000210-9

COMPANHIA ABERTA

REGISTRO CVM nº 1918-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S.A – Saneago ("Companhia"), com fundamento no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participar da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** da Companhia, que se realizará no dia **29 de abril de 2020**, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Fued José Sebba, nº 1.245, Setor Jardim Goiás, em Goiânia, Estado de Goiás, para tratar da seguintes ordens do dia:

- I. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercícios Social encerrado em 31.12.2019;
- II. Proposta para a Destinação do Resultado do Exercício de 2019;
- III. Eleição de membros do Conselho Fiscal;
- IV. Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia.

Ficam cientes os Senhores Acionistas que os documentos pertinentes à matéria a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme ordem do dia, estarão à disposição na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saneago.com.br/>), na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e na Sede da Companhia em atenção ao disposto no artigo 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, e artigo nº 135, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Informações gerais: A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral, mediante apresentação de (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional), (ii) comprovante da qualidade de acionista da companhia, (iii) no caso de o acionista ser representado por procurador, apresentar o comprovante de Instrumento de Mandato, com firma reconhecida, outorgado a menos de um ano, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários relativos ao procurador, se for o caso.

Goiânia, 27 de março de 2020.

Eurico Velasco de Azevedo Neto

Presidente do Conselho de Administração

ITEM I

Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercícios Social encerrado em 31.12.2019.

Conforme previsto no Calendário de Eventos Corporativos da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago foi aprovado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercícios Social encerrado em 31.12.2019 durante a 407ª Reunião do Conselho de Administração e na Reunião do Conselho Fiscal conjunta com o Comitê de Auditoria Estatutário, realizada no dia 10.03.2020.

O Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas Notas Explicativas, e as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP relativos ao exercício de 2019 estão disponíveis no portal de Relações com Investidores da Companhia, conforme endereço abaixo:

<https://ri.saneago.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados#2019>

Além disso, os documentos foram devidamente disponibilizados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no dia 10.03.2020, através do Sistema de CVM nos campos (i) Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e (ii) Dados Econômicos Financeiros.

A seguir, no ANEXO I, apresentamos os comentários dos diretores em relação à situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, de acordo com os itens 10.1 à 10.9 do Formulário de Referência da Companhia.

ANEXO I

Itens 10.1 à 10.9 do Formulário de Referência Comentário dos Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo III, da Instrução CVM 480, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM e conforme as IFRS.

A análise da Diretoria esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos em exercícios anteriores venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 1967, sob a denominação social de Saneamento de Goiás S.A., cujo objeto social consistia na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, cumprindo-lhe efetuar estudos, elaborar projetos, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de saneamento básico, na forma da lei.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios, bem como cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 654.061 milhões, e era inferior em R\$ 77 milhões em relação ao passivo circulante, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,89.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R\$470 milhões, e era inferior em R\$56 milhões em relação ao passivo circulante, que era de R\$526 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,89. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de liquidez corrente foi de 0,65.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, conforme demonstrado no quadro a seguir, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Índice de Liquidez Corrente (ILC) ⁽¹⁾	0,89	0,89	0,65
Índice de Endividamento Total ⁽²⁾	0,95	0,82	0,78

⁽¹⁾ O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

⁽²⁾ O Índice de Endividamento é calculado pela divisão do Passivo Circulante (+) Passivo Não Circulante pelo patrimônio líquido.]

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 95%, contra 82% em 31 de dezembro de 2018. Essa elevação ocorreu principalmente em razão da 6ª emissão de debêntures na ordem de R\$ 140 milhões e aplicação do CPC 06 (R2) arrendamento mercantil de veículo.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total foi de 78%. Essa elevação de 3,84% em relação a 31 de dezembro de 2018 ocorreu principalmente pelo aumento das provisões e pela emissão de novas debêntures.

Considerando a forte geração de caixa e a manutenção do nível de endividamento da Companhia mencionado acima, a administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para de modo a implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

No período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia apresentou uma taxa de crescimento médio composto anual (CAGR) elevada, equivalente a um crescimento na receita líquida de 4,12% no período base.

Esse crescimento pode ser observado na receita líquida operacional da Companhia que passou de R\$1,98 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$2,08 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$2,2 bilhões no período findo em 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria ressalta que essa elevação na receita líquida é decorrente dos reajustes tarifários implementado no período aliado aos incrementos de economias de água e esgoto.

Mais informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 3.2 deste Formulário de Referência, que descreve o cálculo do EBITDA da Companhia.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento ao mesmo tempo que mantém um perfil favorável de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2.801 bilhões, tendo apresentado um crescimento de 5,88% em relação a 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu principalmente em razão da constituição de reservas para plano de Investimentos sobre o saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, conforme Artigo 65, inciso II do Estatuto Social da Companhia e ter auferido lucro de R\$315.731 no período.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2,64 bilhões, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2,56 bilhões. Esta variação positiva de 3,1% ocorreu principalmente em razão do lucro obtido nesse exercício ter sido suficiente para zerar os prejuízos acumulados e aumentar as reservas de lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2,2 bilhões, resultando numa variação positiva de R\$363 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, ocasionado pelo aporte de capital realizado pelo acionista controlador aliado e contabilização de lucro líquido no exercício que reduziu o montante de prejuízos acumulados.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, conforme apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.446.681	2.177.920	1.997.251
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.722.885	2.645.642	2.561.725
Capital total (terceiros + próprio)	5.169.566	4.823.562	4.558.976
Parcela de capital de terceiros	47%	45%	44%
Parcela de capital próprio	53%	55%	56%

A Companhia vem reforçando sua estrutura de capital de modo a diminuir a dependência de capital de terceiros para financiar suas operações, tendo sido notada uma diminuição da representatividade do capital de terceiros de 2% no período compreendido entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2019.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais caso haja necessidade.

Considerando o perfil de endividamento bancário da Companhia em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 226 milhões no passivo circulante e R\$ 719 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 170 milhões, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras, bem como condição de continuar operando. Adicionalmente, a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagas no exercício social corrente e nos próximos anos.

A Companhia pretende continuar utilizando recursos próprios para cobertura de seus compromissos de curto prazo e recorrendo ao mercado de dívida quando necessário sempre com vistas a atender os indicadores financeiros dentro dos padrões pré-estabelecidos pelos contratos das operações de crédito assumidos pela companhia.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

No período findo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de recursos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

A relação da dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulante e não circulante líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de 28% e 31 de dezembro de 2018 foi de 35%. A Diretoria vem reduzindo o NÍVEL de endividamento bancário da companhia no curto prazo ao longo dos últimos anos, reflexo da estratégia de negócios focada no atendimento dos indicadores pré estabelecidos em cláusulas *covenants* dos contratos das operações de crédito firmados pela companhia. A tabela abaixo apresenta a estrutura do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em R\$ milhares, exceto %)	2019	2017	2017
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	226.405	166.038	202.251
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	719.448	799.670	729.072
Total de empréstimos e financiamentos	945.853	965.708	931.323
Caixa e equivalentes de caixa	169.607	43.997	78.588
(=) Dívida líquida	776.246	921.711	852.735
Patrimônio líquido	2.801.329	2.645.642	2.561.725
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	28%	35%	33%

A tabela abaixo, apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor nas datas indicadas:

19.a Empréstimos e Financiamentos

Banco	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Captação	Garantia	31/12/2019	31/12/2018
BRASIL	330701235	27/12/2017	06/01/2026	2,90% + CDI	30.000	a)	23.245	30.184
FIBRA	0106716/16	29/06/2016	28/06/2019	9,38% + CDI	15.000	b)	-	3.004
IBM	Arrendamento Mercantil	28/07/2016	27/07/2021	3,48% + CDI	-	c)	1.071	1.763
FIDC IV Cotas Subordinadas	FIDC	15/12/2015	15/12/2022	3,00% + CDI	600.000	d)	324.052	432.025
FIDC IV Cotas Subordinadas	Cotas Subordinadas				-		-84.361	-79.036
Custos de Transação	Custos de Transação				-		-23.691	-31.794
CEF	Vários		2024	5,73% + TR	-	d)	48.853	11.321
CEF	410461-57	31/12/2013	14/05/2037	8,50% + TR	132.760	e)	5.020	5.179
CEF	0410526-20	31/12/2013	14/04/2037	8,50% + TR	36.410	e)	27.279	27.738
CEF	0410517-19	14/02/2014	14/05/2037	8,50% + TR	18.265	e)	5.652	5.848
CEF	0410538-64	27/03/2015	14/05/2037	8,50% + TR	51.544	e)	42.780	42.233
CEF	0410512-69	27/12/2015	14/01/2038	8,50% + TR	32.729	e)	-	24
CEF	26340190232-94	29/06/2006	30/04/2028	12,00% + TR	3.185	f)	-	1.808
CEF	26340190233-07	29/06/2006	30/06/2030	12,00% + TR	39.214	f)	-	22.905
CEF	2635248557-66	30/06/2008	12/11/2030	8,50% + TR	6.600	f)	-	4.341
CEF	2634248555-47	09/10/2009	14/06/2031	9,00% + TR	10.000	f)	-	6.929
CEF	2634248548-42	30/12/2009	14/06/2031	9,00% + TR	11.882	f)	-	6.383
BID	1414/OC	11/12/2002	11/10/2027	5,82% + VC	\$47.000	f)	83.737	90.564
BNDES	11208021	14/12/2011	15/12/2021	2,51% + TJLP	31.154	g)	1.080	1.615
BRASIL	40/01033-3	10/09/2012	01/04/2022	10,00%	2.360	h)	758	5.890
BRASIL	40/00984-x	20/12/2012	01/01/2028	2,94%	6.846	h)	5.527	1.446
					1.074.949		461.002	590.370
Circulante							130.881	137.059
Não Circulante							330.121	453.311

19.b Debêntures

Debêntures	Início	Venc.	taxa contratual anual	Valor Captado	Garantias	31/12/201 9	31/12/201 8
Debêntures 4ª Emissão	28/12/2017	15/12/2021	2,95% aa + CDI	130.000	b)	100.963	130.471
Debêntures 5ª Emissão	15/11/2018	16/11/2023	2,5% aa + CDI	250.000	i)	250.741	250.862
Debêntures 6ª Emissão	23/09/2019	23/09/2024	1,2% aa + CDI	140.000	i)	140.184	-
Custos de Transação Debêntures						-7.037	5.995
				520.000		484.851	375.338
Circulante						95.524	28.979
Não Circulante						389.327	346.359

Observação: TR – Taxa Referencial; TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo; VC - Variação Cambial

Abaixo breve descrição das características dos instrumentos vigentes constantes na tabela acima.

1. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

CEF - Caixa Econômica Federal – SANEAGO

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.461-57: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$119.484 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de maio de 2037. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantias do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de abastecimento de água de Águas Lindas de Goiás/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.517-19: Em 14 de fevereiro de 2014, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$17.352 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de maio de 2037. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantias do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Cristalina/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.526-20: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$33.586 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de abril de 2037. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantias do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Formosa/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.538-64: Em 27 de março de 2015, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$47.536 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de maio de 2037. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00%

a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantia do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Planaltina/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.512-69: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$31.093 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de janeiro de 2038. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantia do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a implantação do sistema de esgotamento sanitário de Alexânia/GO.

Todos os contratos celebrados entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal possuem cláusula de “*cross default*”, ou seja, a Caixa Econômica Federal poderá declarar o vencimento antecipado de todos os contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, caso a Companhia tenha qualquer dívida, com qualquer instituição financeira, declarada vencida antecipadamente.

Os contratos celebrados entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal estabelecem a obrigação da Companhia comunicar previamente a Caixa Econômica Federal quanto a contratação de novas operações de crédito que terão como garantia de pagamento o lastro na receita tarifária da Companhia.

No entanto, nenhum dos contratos celebrados entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal possuem restrições: (i) quanto aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas; (ii) quanto à distribuição de dividendos; (iii) quanto à emissão de novos valores mobiliários; (iv) quanto à alienação de ativos; e (v) quanto à alienação de controle societário.

Caixa Econômica Federal – Municípios

Conforme Termo de Acordo de Cooperação Técnica e Assunção de Obrigação celebrado entre os municípios de Aparecida de Goiânia, Goianésia, Itumbiara e a Saneamento de Goiás S.A., que na condição de concessionária e operadora do sistema de água, passa a ser responsável pelo planejamento do empreendimento, estabelecendo e priorizando as fases e as unidades de construção, de acordo com o cronograma físico e financeiro, se compromete a depositar o valor da contrapartida prevista nos contratos de financiamento citados abaixo e procederá ao ressarcimento das obrigações assumidas pelos municípios, pagando, nas datas de vencimento, os juros, encargos e as amortizações do retorno do investimento, pois os mesmos passarão a constituir patrimônio da Companhia. Tanto os municípios como a Companhia, concordaram e assumiram perante a CEF inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização que porventura venham a recair sobre o financiamento, conforme Cláusula 4, item 3.1 dos contratos abaixo especificados.

Contrato nº 26340190232-94 (Aparecida de Goiânia): Em 29 de junho de 2006, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$2.707 mil, com vencimento previsto para 30 de abril de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 8% a.a., indexada pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 26340190233-07 (Aparecida de Goiânia): Em 29 de junho de 2006, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$35.293 mil, com vencimento previsto para 30 de abril de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 8% a.a., indexada pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 2635248557-66 (Goianésia): Em 30 de junho de 2008, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$6.000 mil, com vencimento previsto para 30 de abril de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 8% a.a., indexada pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 2634248555-47 (Itumbiara): Em 30 de dezembro de 2009, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$10.000 mil, com vencimento previsto para 30 de abril de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 6% a.a., indexada pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 2634248548-42 (Itumbiara): Em 09 de outubro de 2009, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$9.500 mil, com vencimento previsto para 30 de abril de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 6% a.a., indexada pela Taxa Referencial – TR.

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Contrato de Empréstimo nº 1414/OC-BR: Em 11 de dezembro de 2002, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no montante principal de US\$47.600 mil. Os juros são pagos semestralmente, nos dias 11 dos meses de abril e de outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada semestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 11 de outubro de 2019 foi de 2,04% ao semestre (4,11%

ao ano). As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027. Este contrato corresponde ao financiamento de 30% do programa de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto sanitário da região de Goiânia.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Contrato nº 11.2.0802.1: Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante principal de R\$31.154 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2021. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 2,51% a.a. +TJPL.

O contrato junto ao BNDES contém cláusulas restritivas que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas (*covenants*) que não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida e capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A administração obteve em 26 de dezembro de 2019 junto a Instituição Financeira, a suspensão da exigibilidade do cumprimento dos índices econômico-financeiros para o contrato 11.2.0802.5 conforme Carta AST-DESAM nº 127/2019.

A garantia para o contrato é a cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes da cobrança tarifária decorrente da prestação de serviços pela Companhia, correspondentes à parcela mensal de R\$ 2.000 mil de sua receita arrecadada.

Banco do Brasil S.A. FCO

Cédula de Crédito Bancário nº 40/01033-3: Em 10 de setembro de 2012, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., no montante principal de R\$2.360 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 01 de abril de 2022. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 10,00%a.a.

A cédula é garantida por: (i) cessão de direitos creditórios proveniente de receitas de serviços ou fornecimentos realizados, decorrentes da cobrança de abastecimento de água e saneamento, os quais serão depositados em conta de depósito mantida junto à Caixa Econômica Federal, na proporção de 100% do valor da dívida; e (ii) penhor cédular de duplicatas físicas mercantis e/ou de prestação de serviços, de emissão da Companhia, provenientes das faturas dos serviços de abastecimento de água, esgoto e prestação de outros serviços, vencíveis a prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no valor de R\$236 mil, transferidas ao Banco do Brasil através de endosso, sendo que durante a vigência da cédula, esta garantia deverá representar no mínimo 10% do saldo devedor atualizado da dívida.

Cédula de Crédito Bancário nº 40/00984-x: Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., no montante principal de R\$6.846 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 01 de janeiro de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 10,00% a.a.

A cédula é garantida por: (i) cessão de direitos creditórios proveniente de receitas de serviços ou fornecimentos realizados, decorrentes da cobrança de abastecimento de água e saneamento, os quais serão depositados em conta de depósito mantida junto à Caixa Econômica Federal, na proporção de 100% do valor da dívida; e (ii) penhor cédular de duplicatas físicas mercantis e/ou de prestação de serviços, de emissão da Companhia, provenientes das faturas dos serviços de abastecimento de água, esgoto e prestação de outros serviços, vencíveis a prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no valor de R\$685 mil, transferidas ao Banco do Brasil através de endosso, sendo que durante a vigência da cédula, esta garantia deverá representar no mínimo 10% do saldo devedor atualizado da dívida.

2. Contratos de Empréstimos e FIDC

Banco do Brasil S.A

Cédula de Abertura de Crédito Fixo nº 330.701.235: Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., no montante principal de R\$30.000 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 06 de janeiro de 2023. Os encargos financeiros são prefixados a uma taxa de juros de 2,90% a.a. + CDI. A garantia prestada no âmbito do contrato é o penhor cédular de duplicatas físicas mercantis e/ou de prestação de serviços, de emissão da Companhia, provenientes das faturas dos serviços de abastecimento de água, esgoto e prestação de outros serviços, vencíveis a prazo de 180 (cento e oitenta) dias, transferidas ao Banco do Brasil através de endosso, sendo que durante a vigência da cédula, esta garantia deverá representar 10% do saldo devedor atualizado da dívida.

Todos os contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. possuem cláusula de “*cross default*”, ou seja, o Banco do Brasil poderá declarar o vencimento antecipado de todos os contratos, caso a Companhia torne-se inadimplente em qualquer operação com o Banco do Brasil.

No entanto, nenhuma dos contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. possuem restrições: (i) quanto aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas; (ii) quanto à distribuição de dividendos; (iii) quanto à emissão de novos valores mobiliários; (iv) quanto à alienação de ativos; e (v) quanto à alienação de controle societário.

Banco IBM S.A

Contrato Master de Arrendamento Mercantil: a Companhia celebrou junto ao Banco IBM S.A., o Contrato Master de Arrendamento Mercantil. Conforme ATA nº 324/15, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia foi autorizada a realizar arrendamento mercantil – leasing financeiro, por suas características de transferir ao arrendatário os riscos (perdas decorrentes da capacidade ociosa ou obsolescência tecnológica, bem como as geradas por alterações nas condições econômicas) e os benefícios (capacidade lucrativa durante a vida econômica do ativo), para aquisição de servidores de alto poder de processamento de dados e equipamentos periféricos no valor de R\$4.160 mil. Da operação de leasing, R\$440 mil foi realizada com recursos próprios, conforme comprometimento orçamentário, conta nº 13. 9.01.871. 999.999, perfazendo R\$4.600 mil. Para aquisição acima, foi emitida Ordem de Compra ao Contrato Master de Arrendamento Mercantil nº 009552, assinada em 20 de outubro de 2015 e termo de fornecimento, recebimento e aceitação de equipamentos adquiridos pela Companhia de 29 de outubro de 2015, celebrado entre a Companhia, o Banco IBM S.A. e Ingram Micro Tecnologia e Informática Ltda.

FIDC IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da SANEAGO – Infraestrutura IV

Em 28 de outubro de 2015, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da SANEAGO ("**Fundo**"), inscrito no CNPJ/MF sob nº. 20.045.862/0001-48, registrado no 6º ofício de Registros de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro sob nº 1331141 sob forma de Condomínio Fechado. As quotas somente serão resgatadas no término do prazo de duração do fundo, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.097, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada (Resolução CMN 2.907) e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 356, de 17 de dezembro de 2001.

Tendo este como administrador e Custodiante, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizada pela CVM, a Companhia como cedente dos direitos, a Caixa Econômica Federal como o agente centralizador, Coordenador Líder o Banco de Investimento Credit Suisse (Brasil) S/A., agência de classificação de risco Fitch Ratings do Brasil Ltda.

1ª Emissão de Quotas Seniores: Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas 60.000 (sessenta mil) quotas pelo Fundo, com valor de emissão correspondente a R\$10,00 mil, totalizando R\$600 mil. A rentabilidade das quotas do Fundo foi estabelecida a uma taxa de juros de 3,13% a.a. + CDI / 8,9% a.a. + IPCA. A data de resgate prevista é 15 de dezembro de 2022.

Conforme Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. – Infraestrutura IV. O Administrador aprovou também a realização de 2.700 (duas mil e setecentos) quotas subordinadas, a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pelo cedente perfazendo um total de R\$27.000 mil equivalentes à reserva de Amortização. Tanto as Seniores como as Subordinadas com preço inicial de emissão de R\$10 mil. Estas quotas estão classificadas no passivo não circulante, como redutora do total a pagar do Fundo.

Da Remuneração do Coordenador Líder: Pelos serviços de estruturação do Fundo, o Coordenador Líder fará jus a uma comissão de Estruturação sobre o total de emissão das Quotas Seniores emitidas na proporção da garantia firme, a ser paga pelo cedente na data da emissão.

Da Garantia: Conforme previsto no Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros e Outras Avenças nº 20151100071, em garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Companhia concorda em ceder fiduciariamente ao Fundo, nos termos do contrato e do artigo 166-b, da Lei nº 4.728/65, os direitos creditórios decorrentes da conta transitória, movimentada na Caixa Econômica Federal. Dessa forma, o agente centralizador deverá, diariamente, transferir da conta Centralizadora para a Conta Transitória, o montante diário referente aos Direitos Creditórios FIDC IV depositados na Conta Centralizadora, movimentada pela Caixa Econômica Federal, que tenham sido arrecadados pelos Bancos Arrecadadores e transferidos para a Conta Centralizadora. O Depositário deverá conforme orientação do Administrador, diariamente transferir o montante referente aos Direitos Creditórios FIDC IV da Conta Transitória, movimentada pelo Banco Credit Suisse para a Conta Autorizada do fundo de modo a atender, no curso de cada Período de Disponibilidade, a Quantidade Mínima Mensal ou a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada.

Os Direitos Creditórios em valor correspondente a 45,0% da totalidade dos Direitos Creditórios, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos e gravames que o Cedente detém e/ou virá a deter, arrecadados pelos Bancos Arrecadadores, sendo considerados, para os fins do Fundo e do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios

representados por Documentos de Arrecadação emitidos pelo Cedente contra os Usuários identificados pelos Códigos de Contas listados no Contrato de Cessão, além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários ao Cedente, relativos as cidades de Goiânia e Anápolis.

Dos recursos captados de R\$600.000 mil, R\$443.500 mil foram destinados para o resgate antecipado dos FIDCs SANEAGO I, II e III, e o saldo da captação foi utilizado para a liquidação de outras dívidas financeiras de curto prazo e para investimentos.

Em assembleia geral realizada em 05 de junho de 2017, conforme previsto no Artigo 50, alínea (e) do Regulamento do Fundo, houve criação do evento de avaliação de índice de monitoramento da SANEAGO, estabelecendo condições que não devem ser descumpridas e que pode implicar em vencimento antecipado da dívida se não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida a ser verificado semestralmente, a vigorar a partir do encerramento do 2º semestre de 2017.

3. Emissões de Debêntures

Debêntures 4ª Emissão

Em dezembro de 2017, fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 351ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de novembro de 2017, e 352ª reunião do mesmo conselho de 15 de dezembro de 2017.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.1.4, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas.

Com relação às hipóteses de vencimento antecipado previstas no referido Instrumento Particular de Escritura, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

No encerramento do exercício de 2018 e em 30 de setembro de 2019, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 4ª emissão dedebêntures.

Debêntures 5ª Emissão

Em dezembro de 2018, fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 370ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 08 de novembro de 2018.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (*covenants*). Tais índices financeiros relacionado à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 5ª Emissão das debêntures é o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0. No encerramento do exercício de 2018 e 2019, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 5ª emissão dedebêntures.

Com relação às hipóteses de vencimento antecipado previstas no referido Instrumento Particular de Escritura, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Debêntures 6ª Emissão

Em setembro de 2019, fez-se instrumento particular de escritura da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 387ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de julho de 2019 e ratificada na 389ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 13 de agosto de 2019.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (*covenants*). Tais índices financeiros relacionado à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 6ª Emissão das debêntures é o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0. No período findo em dezembro de 2019, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 6ª emissão dedebêntures.

Com relação às hipóteses de vencimento antecipado previstas no referido Instrumento Particular de Escritura, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para este tipo de operação.

Além disso, os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

ACOMPANHAMENTO DE COVENANTS - SANEAGO

BNDES		FIDC	Deb. 6ª	Deb. 5ª	Deb. 4ª	Banco	Indicador	2019
06.2.0504.1/ 4.2 ⁴	11.2.080 2.1 ⁵	IV ⁷	Emissão ¹	Emissão ²	Emissão ³	Brasil ⁶ CCB 330.701. 235		
Trimestral	Semestral	Semestral	Anual	Anual	Anual	Anual	Periodicidade Contratual	-
> = 0,85	-	-	-	-	-	-	Liquidez Corrente	0,89
< = 60%	-	-	-	-	-	-	Participação de Capital	0,95
-	< = 3,0	-	-	-	-	< = 3,0	Razão entre dívida líquida e EBITDA	1,35
-	> = 1,3	-	-	-	-	-	Índice de cobertura do serviço da dívida	1,54
> = 30%	> = 30%	-	-	-	-	-	Margem EBITDA	25,54 %
-	-	-	< = 3,0	< = 3,0	< = 3,0	-	Razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado	1,27
-	-	< = 3,0	-	-	-	-	Razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado	1,23
Dispensado - Cumpriu - NãoCumpriu								

¹ Ebtida calculada conforme instrumento particular 6ª emissão. Observância do índice pela emissora e acompanhamento pelo Agente Fiduciário.

² Ebtida calculada conforme instrumento particular 5ª emissão. Observância do índice pela emissora e acompanhamento pelo Agente Fiduciário.

³ Ebtida calculada conforme instrumento particular 4ª emissão. Observância do índice pela emissora e acompanhamento pelo Agente Fiduciário.

⁴ O BNDES deliberou a suspensão da exigibilidade do cumprimento dos indicadores financeiros para o contrato 06.2.0504.1/4.2 conforme Carta AST-DESAM nº 127/2019 DATADA DE 26/12/2019.

⁵ A exigência dos índices está previsto na cláusula nona do referido contrato e também no Parágrafo Primeiro. Companhia deve apresentar os índices ao Banco. O BNDES deliberou a suspensão da exigibilidade do cumprimento dos indicadores financeiros da margem EBITDA para o contrato 11.2.0802.5 conforme Carta AST-DESAM nº 127/2019 DATADA DE 26/12/2019.

⁶ A exigência dos índices está previsto na cláusula décima item n) - O índice é de 3,5 para 2017 e 3,0 para os anos subsequentes. A apuração do indicador deverá ser realizada por empresa de auditoria externa independente cadastrada na CVM.

⁷ Ebitda calculada conforme AGO dos quotistas realizada em junho de 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas contratualmente, com relação ao cumprimento dos *covenants* financeiros, referentes aos contratos 06.2.0504.1, 06.0504.2, e 11.2.0802.1 celebrados com o BNDES, que deliberou sobre a suspensão da exigibilidade do cumprimento dos indicadores financeiros para o contrato 06.2.0504.1/4.2 e também da margem EBITDA para o contrato 11.2.0802.5 conforme Carta AST-DESAM nº 127/2019 Datada de 26/12/2019.

Seguem abaixo os *covenants* financeiros que restringem o nível de endividamento da Companhia, segundo fórmulas abaixo:

- a) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado dos últimos 12 (doze) meses, deverá ser inferior a 3 (três) vezes;**

Onde:

“Dívida Líquida” corresponde ao montante da Dívida Bruta deduzidos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários;

“Dívida Bruta” corresponde ao somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e /ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não se limitando, a empréstimos e financiamentos com terceiros e partes relacionadas, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, cessão e/ou desconto de recebíveis com coobrigação, adiantamentos de contratos de câmbio ou de cambiais entregues, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de derivativos, incluindo hedge e/ou swap;

“Caixa, Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários” correspondem à caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro;

“EBITDA Ajustado” corresponde ao somatório: (a) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) das despesas de depreciação e amortização, (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (d) Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos que não tenham efeito caixa, (e) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período e (f) dos valores que tenham impactado o resultado do período decorrentes de ajustes contábeis que comprovadamente não tenham efeito de caixa oriundos da obtenção do valor justo e “*impairment*” de ativos imobilizados.

- b) razão entre a Dívida Financeira Líquida e o EBITDA de até 3 (três) vezes durante os anos de vigência da Operação:**

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” corresponde ao somatório: (i) dívidas com instituições financeiras; (ii) títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (iii) mútuos a pagar; (iv) leasing; (v) saldo líquido de operações de derivativos; e (vi) disponibilidade de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes;

“EBITDA” corresponde ao somatório: (i) lucro/prejuízo líquido; (ii) despesa/receita financeira líquida; (iii) provisão para IRPJ e CSLL; (iv) depreciações, amortizações e exaustões ; e (v) perdas/lucros resultantes de equivalência patrimonial (ou dividendos recebidos).

Além disso, as restrições impostas à Companhia e/ou às suas controladas, conforme o caso, em relação às CCBs, aos Contratos de Financiamento e às Debêntures, no que concerne à alteração do capital social, do objeto social, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e à alienação de controle societário, estão demonstradas a seguir:

Cédula de Crédito Bancário nº 40/00984-X

- não adimplemento de obrigações pecuniárias e/ou não pecuniárias decorrentes da CCB ou de qualquer outra dívida financeira contraída com o Credor; e
- restrição à insolvência, dissolução, requerimento ou proposta de recuperação extrajudicial ou judicial e/ou decretação de falência da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário nº 0505.226-27

- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, bem como à incorporação, fusão ou cisão da Companhia, sem a prévia anuência do credor da CCB; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Cédula de Crédito Bancário nº 0503.211-09

- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, bem como à incorporação, fusão ou cisão da Companhia, sem a prévia anuência do credor da CCB; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.
- Contrato de Financiamento nº 0410.538-64
- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do(s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros, caso aplicável.

Contrato de Financiamento nº 0410.512-69

- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do(s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 0410.517-19

- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;

- existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do(s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 0410.461-57

- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do(s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 410.526-20

- restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do(s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº: 2634.0190233-07/2006-06-26

- constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas;
- inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2634.0190232-94/2006

- constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas;
- inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2634.248555-47/2009

- constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas;
- inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2635.248557-66/07

- constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias;
- inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 330.701.235

- sofrer protesto cambiário, requerer sua recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver sua falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrar suas atividades;
- tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao financiador;
- ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato e/ou dívida de empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas de nossas empresa coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas da nossa empresa e/ou avalistas; e
- houver a liquidação, extinção ou dissolução da Companhia, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

A Companhia informa que não possui outros limites de endividamento e contratação de novas dívidas além destes citados.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais jáutilizados

Dos recursos oriundos dos contratos de Financiamentos celebrados com a Caixa Econômica Federal, já foram liberados 22,14%, restando a liberar R\$ 584,7 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Dos recursos oriundos dos contratos com fonte de recurso advinda do Orçamento Geral da União – OGU celebrados com a Caixa Econômica Federal, já foram liberados 36,20%, restando a liberar R\$332 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Dos recursos oriundos dos contratos com fonte de recurso advinda do Fundo Sócio-Ambiental - FSA celebrados com a Caixa Econômica Federal, já foram liberados 53,35%, restando a liberar R\$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Dos recursos oriundos dos contratos de Financiamentos celebrados com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, já foram liberados 18,2%, restando a liberar R\$20 milhões em 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados, juntamente com o fluxo de caixa e com empréstimos que a Companhia pode vir a tomar, são suficientes para realizar os investimentos necessários no exercício social corrente e nos próximos anos. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2018

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV (%)	2018	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receitas Líquidas	2.390.889	100,00%	2.225.696	100,00%	6,91%
Receita de Serviço de Água e Esgoto	2.235.315	93,49%	2.069.054	92,96%	7,44%
Receita de Construção	144.307	6,04%	144.979	6,51%	-0,47%
Receita de Serviços Técnicos	2.167	0,09%	2.563	0,12%	-18,27%
Receita Outorga Subdelegação	9.100	0,38%	9.100	0,41%	0,00%
Custo	(1.196.069)	-50,03%	(1.229.312)	-55,23%	-2,78%
Custo dos Serviços	(1.051.762)	-43,99%	(1.084.333)	-48,72%	-3,10%
Custo de Construção	(144.307)	-6,04%	(144.979)	-6,51%	-0,47%
Lucro Bruto	1.194.820	49,97%	996.384	44,77%	16,61%
Despesas/Receitas Operacionais	(732.153)	-30,62%	(732.691)	-32,92%	-0,07%
Despesas Administrativas	(381.471)	-15,96%	(322.002)	-14,47%	15,59%
Despesas Comerciais	(256.971)	-10,75%	(282.520)	-12,69%	-9,94%
Despesas Tributárias	(14.950)	-0,63%	(11.525)	-0,52%	22,91%
Provisões/Reversões -Perdas/ Recuperação de Créditos	(53.481)	-2,24%	(108.683)	-4,88%	103,22%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(25.280)	-1,06%	(7.961)	-0,36%	68,51%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	462.667	19,35%	263.693	11,85%	43,01%
Resultado Financeiro Líquido	(52.525)	-2,20%	(95.637)	-4,30%	-82,08%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	410.142	17,15%	168.056	7,55%	59,02%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes	(69.133)	-2,89%	(55.370)	-2,49%	19,91%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos	(25.278)	-1,06%	(2.644)	-0,12%	89,54%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	315.731	13,21%	110.042	4,94%	65,15%
Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)	0,12551	0,00%	0,043745	0,00%	65,15%

Receitas Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Receita Líquida totalizou R\$ 2.390.889 mil, um aumento de 6,91% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 2.225.696 mil, em razão do incremento de 2,84% em ligações de água, 6,76% em ligações de esgoto além do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2019 no percentual de 5,79%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Receita de Serviços de Água e Esgoto totalizou R\$ 2.235.315 mil, um aumento de 7,44% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$2.069.054 mil, em razão do incremento de 2,84% em ligações de água e 6,76% em ligações de esgoto, decorrentes da expansão nas redes e na demanda pelos serviços prestados pela Companhia, advindos da urbanização crescente do Estado de Goiás, além do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2019 no percentual de 5,79%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Receita de Construção totalizou R\$144.307 mil, uma redução de 0,47% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$144.979 mil, em razão da manutenção do volume de investimentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Receita de Serviços Técnicos, auferida por meio da análise e emissão dos Atestados de Viabilidade Técnica da Companhia, totalizou R\$2.167 mil, representando uma redução de 18,27% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$2.256 mil, em razão da diminuição do volume de Atestados de Viabilidade Técnicas emitidos.

Custo

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Custo totalizou (R\$1.196.069) mil, uma redução de 2,78% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(1.229.312) mil, principalmente em razão da restimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, ocasionando uma redução significativa na despesa de depreciação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Custo dos Serviços totalizou (R\$1.1196.069) mil, uma redução de 3,10% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(1.229.312) mil, principalmente em razão da restimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, ocasionando uma redução significativa na despesa de depreciação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Custo de Construção totalizou (R\$144.307) mil, uma redução de 0,47% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(144.979) mil, em razão da manutenção do volume de investimentos nesse período.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Lucro Bruto totalizou R\$ (1.194.820) mil, um aumento de 16,61% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(996.384) mil, em razão das variações de Receita Líquida e redução dos custos mencionados anteriormente.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Despesas Operacionais totalizaram (R\$732.153) mil, uma redução de 0,07% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ (732.691) mil, em razão dos fatores explicitados abaixo:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Despesas Administrativas totalizaram (R\$381.471) mil, um aumento de 15,59% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(322.002) mil, em razão dos valores pagos no PDV 2019 aproximadamente R\$ 15.700 mil e pelo reajuste salarial, realizado em decorrência de acordo celebrado com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Goiás – STIUEG, aplicado a partir de junho em percentual de 4,78%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Despesas Comerciais totalizaram (R\$167.608) mil, uma redução de 17,22% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ (202.477) mil, em razão da melhor reclassificação dos centros de custos que foram revisadas durante o período de 2019 de forma a apresentar a melhor classificação da despesa possível.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Despesas Tributárias totalizaram (R\$14.950) mil, um aumento de 22,91% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ (11.525) mil, em razão da implementação de uma taxa de regulação anual pelo Município de Goiânia no montante aproximado de R\$ 4.000 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Provisões - Perdas de Créditos totalizaram (R\$53.481) mil, uma redução de 103,22% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(108.683) mil, em razão da melhor adequação da nova política de provisões para devedores de liquidação duvidosa implementada pela Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Outras Despesas/Outras Receitas Operacionais totalizaram R\$(25.280) mil, um aumento de 68,51% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(7.961) mil, em razão da distribuição de parte dos lucros e resultados aos empregados, realizada em 31/12/2019.

Resultado Antes do Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Antes do Resultado Financeiro totalizou R\$462.667 mil, um aumento de 43,11% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$263.693 mil, em razão das reduções nas Despesas Operacionais e dos Custos do Serviço, decorrentes das variações explicitadas acima, destacando-se os custos relacionados à depreciação do imobilizado, que reduziram significativamente em 2019.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Financeiro Líquido totalizou (R\$52.525) mil, uma redução de 82,08% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de (R\$95.637) mil, em razão da redução nos juros moratórios pagos, por inadimplência e de encargos de financiamentos. O valor do financiamento aumentou em virtude da captação de debêntures 6ª Emissão.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro totalizou R\$410.142 mil, um aumento de 59,02% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$168.056 mil, em razão da redução do Resultado Financeiro Líquido em 82,08% e redução nos custos operacionais acima mencionados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes totalizou (R\$69.133) mil, um aumento de 19,91% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de (R\$55.370) mil, em razão do aumento do lucro tributável do período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos totalizaram R\$(25.278), uma redução de 89.54% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$(2.644) mil, em razão da variação nas provisões/reversões de perdas, as quais consistem em base para cálculo dos tributos diferidos, bem como da realização de lucro fiscal, promovendo, assim, a compensação de prejuízo fiscal e consequentemente a realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal.

Resultado Líquido das Operações Continuadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Líquido das Operações Continuadas totalizou 315.731 mil, um aumento de 65,15% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de 110.042 mil, em razão da elevação da receita no período e principalmente da redução dos custos e despesas operacionais com depreciação pela reestimativa da vida útil dos bens do ativo imobilizado e também pela redução do Resultado Financeiro Líquido, observado por meio da diminuição dos juros moratórios pagos.

Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação) totalizou R\$0,12551, uma elevação de 65,15% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0,043745 mil, em razão da elevação da Receita no período e principalmente pela redução dos custos de despesas operacionais, bem como a redução no Resultado Financeiro Líquido, acima citados.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	AV (%)	2017	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receitas Líquidas	2.225.696	100,00%	2.071.271	100,00%	7,46%
Receita de Serviço de Água e Esgoto	2.069.054	92,96%	1.984.438	95,81%	4,26%
Receita de Construção	144.979	6,51%	76.288	3,68%	90,04%
Receita de Serviços Técnicos	2.563	0,12%	1.445	0,07%	77,37%
Receita Outorga Subdelegação	9.100	0,41%	9.100	0,44%	0,00%
Custo	-1.229.312	55,23%	1.110.952	-53,64%	10,65%
Custo dos Serviços	-1.084.333	-48,72%	-	-49,95%	4,80%
Custo de Construção	-144.979	-6,51%	-76.288	-3,68%	90,04%
Lucro Bruto	996.384	44,77%	960.319	46,36%	3,76%
Despesas/Receitas Operacionais	-732.691	32,92%	-825.584	-39,86%	11,25%
Despesas Administrativas	-322.002	-14,47%	-508.177	-24,53%	-36,64%
Despesas Comerciais	-282.520	-12,69%	-194.775	-9,40%	45,05%
Despesas Tributárias	-11.525	-0,52%	-11.559	-0,56%	-0,29%
Provisões/Reversões -Perdas/ Recuperação de Créditos	-108.683	-4,88%	-106.402	-5,14%	2,14%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-7.961	-0,36%	-4.671	-0,23%	70,43%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	263.693	11,85%	134.735	6,50%	95,71%
Resultado Financeiro Líquido	-95.637	-4,30%	-73.250	-3,54%	30,56%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	168.056	7,55%	61.485	2,97%	173,33%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes	-55.370	-2,49%	-36.418	-1,76%	52,04%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos	-2.644	-0,12%	225.955	10,91%	-
Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.042	4,94%	251.022	12,12%	56,16%
Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)	0,04374	0,00%	0,09979	0,00%	-56,17%

Receitas Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Receita Líquida totalizou R\$2.225.696 mil, um aumento de 7,46% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$2.071.271 mil, em razão do aumento das receitas de serviço de água e esgoto, de construção e de serviços técnicos, conforme explicado abaixo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Receita de Serviços de Água e Esgoto totalizou R\$ 2.069.054 mil, um aumento de 4,26% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$1.984.438 mil, em razão do incremento no número de ligações e pelo reajuste da tarifa aplicado a partir de 1 de julho de 2018, além da elevação do volume de esgoto faturado ocasionado pelo incremento nas ligações de esgoto, decorrentes da expansão nas redes e na demanda pelos serviços prestados pela Companhia, advindos da urbanização crescente do Estado de Goiás.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Receita de Construção totalizou R\$144.979 mil, um aumento de 90,04% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$76.288 mil, em razão do efeito contábil da norma contábil CPC 01 favorável à Companhia no que tange aos investimentos realizados no período no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Receita de Serviços Técnicos, auferida por meio da análise e emissão dos Atestados de Viabilidade Técnica da Companhia, totalizou R\$2.563 mil, um aumento de 77,37% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$1.445 mil, em razão da elevação de Atestados de Viabilidade Técnica emitidos no período.

Custo

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Custo totalizou (R\$1.229.312) mil, um aumento de 10,65% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$1.110.952) mil, em razão do aumento no Custo dos Serviços e no Custo de Construção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Custo dos Serviços totalizou (R\$1.084.333) mil, um aumento de 4,80% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$1.034.664) mil, em razão do aumento dos gastos apurados (i) com pessoal em 7,41%, que teve como principal causa a reclassificação contábil dos custos com pessoal em razão de uma melhor alocação dos custos e despesas possibilitado com novo plano de contas e nova estrutura de centro de custo, e (ii) com energia elétrica em 14,35%, que teve como principal causa o reajuste tarifário de 26,52 implementado pela distribuidora de energia elétrica do Estado de Goiás em outubro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Custo de Construção totalizou (R\$144.979) mil, um aumento de 90,04% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$76.288) mil, em razão da retomada gradual, ao longo do exercício social de 2018, das obras da Companhia, inicialmente paralisadas em virtude da instauração da Operação Decantação.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Lucro Bruto totalizou R\$ 775.965 mil, uma redução de 23,76% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 960.319 mil, em razão do aumento na Receita Líquida do período.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Despesas Operacionais totalizaram (R\$732.691) mil, uma redução de 11,25% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$ 825.584) mil, em razão da redução das despesas administrativas, conforme explicado abaixo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Despesas Administrativas totalizaram (R\$322.002) mil, uma redução de 36,64% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$508.177) mil, em razão da redução nos gastos apurados com (i) pessoal administrativo em 38,50%, devido a realocações de pessoal em virtude da nova reclassificação contábil, os quais passaram a ser classificados como “custo dos serviços e/ou comerciais”, aliado ao ganho operacional advindo da implementação do PDV do exercício social de 2017, e (ii) serviços de terceiros em 2,97%, devido à redução dos valores gastos com comunicação e serviço de

atendimento aos usuários. As realocações de pessoal ocorreram em razão da atualização da lotação por meio da implantação do Sistema SAP.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Despesas Comerciais totalizaram (R\$282.520) mil, um aumento de 45,05% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$194.775) mil, em razão do aumento nos gastos apurados com (i) pessoal em 78,15%, devido à nova reclassificação contábil das despesas de pessoal, em razão de uma melhor alocação dos custos e despesas possibilitado com novo plano de contas e nova estrutura de centro de custo, (ii) materiais em 324,19%, devido ao aumento nas despesas com materiais de conservação, reparação de outros bens e materiais utilizados para corte de água, (iii) serviços de terceiros em 32,64%, devido ao aumento das despesas com serviços de limpeza e vigilância e também a reclassificações contábeis, e (iv) despesas gerais, devido a decisões desfavoráveis em ações judiciais envolvendo a Companhia, as quais resultaram em indenizações a terceiros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Despesas Tributárias totalizaram (R\$11.525) mil, uma redução de 0,29% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$11.559) mil, em razão da redução dos pagamentos de IPVA, IOF, ITCMD e ITBI.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Provisões - Perdas de Créditos totalizaram (R\$108.683) mil, um aumento de 2,14% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$106.402) mil. Em relação à rubrica que teve maior impacto na elevação das provisões no ano de 2018, destacamos as provisões para contingências trabalhistas. O aumento na provisão para contingências ocorreu devido nova análise por parte do departamento jurídico da companhia e reclassificação nos processos de autoria do STIUEG-Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Urbanas do Estado de Goiás, referente ao pagamento de horas de Integração das Diárias de viagem ao salário, Ação Coletiva – DSR.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Outras Despesas/Outras Receitas Operacionais totalizaram (R\$7.961) mil, um aumento de 70,43% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$4.671) mil, em razão De ajustes de estoque por inventário.

Resultado Antes do Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Resultado Antes do Resultado Financeiro totalizou R\$263.693 mil, um aumento de 95,71% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$134.735 mil, em razão das reduções de despesas explicitadas anteriormente bem como o incremento na Receita Líquida do período.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Resultado Financeiro Líquido totalizou (R\$95.637) mil, um aumento de 30,56% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de (R\$73.250) mil, em razão da redução das Receitas Financeiras ocasionada pela elevação do dólar e, consequentemente, uma elevação dos encargos pagos pela Companhia, o qual implicou em um efeito negativo da variação cambial do período que, em 2017 havia gerado uma Receita de 9.868 mil. Além da redução dos valores de correção monetária apurados em 2018, decorrentes da diminuição dos pagamentos em atraso pela Companhia.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro totalizou R\$168.056 mil, um aumento de 173,33% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$61.485 mil, em razão do das reduções de despesas explicitadas anteriormente bem como o incremento de 7,46% nas Receitas Líquidas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes totalizou R\$55.370 mil, um aumento de 52,04% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$36.418 mil, em razão da elevação do lucro tributável do período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos totalizou (R\$26.44 mil), uma redução de 1001,17% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$225.955 mil, em razão da elevação do Lucro tributável.

Resultado Líquido das Operações Continuadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Resultado Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$110.042 mil, uma redução de 56,16% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$251,022 mil, em razão do aumento do faturamento líquido com incremento de ligações e reajuste tarifário, medidas de gestão para redução de custos e despesas com pessoal e serviços de terceiros. Em relação aos tributos diferidos, em 2017 houve um reconhecimento em virtude dos fatores que afetam o cálculo, especialmente a projeção de resultados futuros, e em 2018 não houve grandes alterações desses fatores, e portanto, o reconhecimento manteve-se no mesmos níveis.

Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação) totalizou R\$0,04374, uma redução de 56,17% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$0,09979, em razão da redução do lucro líquido.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receitas Líquidas	2.071.271	100,00%	2.069.417	100,00%	0,09%
Receita de Serviço de Água e Esgoto	1.984.438	95,81%	1.832.722	88,56%	8,28%
Receita de Construção	76.288	3,68%	226.221	10,93%	-66,28%
Receita de Serviços Técnicos	1.445	0,07%	1.384	0,07%	4,41%
Receita Outorga Subdelegação	9.100	0,44%	9.100	0,44%	0,00%
Custo	-1.110.952	-53,64%	-	-53,95%	-0,49%
			1.116.459		
Custo dos Serviços	-1.034.664	-49,95%	-890.248	-43,02%	16,22%
Custo de Construção	-76.288	-3,68%	-226.221	-10,93%	-66,28%
Lucro Bruto	960.319	46,36%	952.958	46,05%	0,77%
Despesas/Receitas Operacionais	-825.584	-39,86%	-789.681	-37,82%	4,55%
Despesas Administrativas	-508.177	-24,53%	-504.472	-24,38%	0,73%
Despesas Comerciais	-194.775	-9,40%	-134.010	-6,48%	45,34%
Despesas Tributárias	-11.559	-0,56%	-12.411	-0,60%	-6,86%
Provisões/Reversões	-106.402	-5,14%	-133.358	-6,27%	-20,21%
Perdas/Recuperação de Créditos					
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-4.671	-0,23%	-5.430	-0,10%	-13,98%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	134.735	6,50%	163.277	8,23%	-17,48%
Resultado Financeiro Líquido	-73.250	-3,54%	-128.550	-6,21%	-43,02%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.485	2,97%	34.727	2,02%	77,05%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes	-36.418	-1,76%	-35.119	-1,70%	3,70%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos	225.955	10,91%	99.906	5,41%	126,17%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	251.022	12,12%	99.514	5,74%	152,25%
Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)	0,09979	0,00%	0,04061	0,00%	145,73%

Receitas Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Receitas Líquidas totalizaram R\$2.071.271 mil, um aumento de 0,09% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$2.069.417 mil, em razão do aumento na receita de serviço de água e esgoto e na receita de serviços técnicos, conforme explicado abaixo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Receita de Serviço de Água e Esgoto totalizou R\$1.984.438 mil, um aumento de 8,28% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$1.832.722 mil, em razão do aumento na receita de vendas de água residencial e esgoto, devido ao incremento de novas ligações de água e esgoto que ocorreram ao longo do ano de 2017 pela expansão de mercado da empresa, além do reajuste da tarifa aplicado em julho de 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Receita de Construção totalizou R\$76.288 mil, uma redução de (66,28%) em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de

R\$226.211 mil, em razão de da paralização de obras no período, em virtude da instalação, pela Polícia Federal, da Operação Decantação, para realização de auditoria em todos os contratos de obras da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Receita de Serviços Técnicos, auferida por meio da análise e emissão dos Atestados de Viabilidade Técnica da Companhia, totalizou R\$1.445 mil, um aumento de 4,41% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$1.384 mil, em razão de do aumento de AVTO's emitidos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita de Outorga Subdelegação totalizou R\$9.100 mil, um aumento de 0,00% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$9.100 mil, em razão de correção monetária dessa Receita ser contabilizada como Receita Financeira mantendo o valor original constante.

Custo

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Custo totalizou (R\$1.110.952) mil, uma redução de 0,49% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$1.116.459) mil, em razão da redução do Custo de Construção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Custo dos Serviços totalizou R\$1.034.664 mil, um aumento de 16,22% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$1.116.459 mil, em razão do aumento dos gastos apurados (i) com pessoal em 44,58%, que teve como principal causa a reclassificação contábil dos custos em razão da atualização de centros de custos, além das indenizações e aviso prévio, (ii) com materiais em 8,05%, em decorrência nos dispêndios com materiais de tratamento, materiais de conservação e manutenção de sistemas, (iii) serviços de terceiros em 19,32% também em razão da atualização de centros de custos ocasionado transferência de despesas entre Custo/Administrativo/Comercial, e (iv) com despesas gerais em 37,47%, incluindo despesas cartorárias legais e judiciais, lanches e refeições. A principal elevação das despesas gerais ocorreu nas despesas Legais e Judiciais em razão de acordos judiciais e pagamentos de indenizações no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Custo de Construção totalizou (R\$76.288) mil, uma redução de (66,28%) em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$226.211) mil, em razão de da paralização de obras no período, em virtude da instalação, pela Polícia Federal, da Operação Decantação, para realização de auditoria em todos os contratos de obras da Companhia

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Lucro Bruto totalizou R\$960.319 mil, um aumento de 0,77% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$952.958 mil, em razão da elevação de 0,09% nas Receitas Líquidas.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Despesas/Receitas Operacionais totalizaram (R\$825.584) mil, um aumento de 4,55% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$789.681) mil, em razão do aumento nas Despesas Administrativas, Despesas Comerciais e Outras Despesas Operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Despesas Administrativas totalizaram (R\$508.177) mil, um aumento de 0,73% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$504.472) mil, em razão do aumento nos gastos apurados com (i) pessoal administrativo em 2,18%, devido ao reajuste e recuo nas reversões da provisão de férias e previdência social, decorrentes do desligamento de funcionários da Companhia, ocasionado por meio da implantação do PDV da Companhia, e (ii) despesas gerais, incluindo conduções, viagens e estadas e despesas cartorárias legais e judiciais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Despesas Comerciais totalizaram (R\$194.775) mil, um aumento de 45,34% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$134.010) mil, em razão do aumento nos gastos apurados com (i) pessoal em 101,75%, devido à reclassificação contábil que passaram para o comercial, além da elevação das despesas com ordenados e salários horas extras, indenizações e aviso prévio, (ii) serviços de terceiros em 36,95%, devido ao aumento nas despesas com corte e religação, ajuste contábil que transferiu a contabilização das despesas com leitura, entrega, corte e religação e recadastramento da estrutura administrativa para o comercial, impactando o crescimento dessa despesa para área comercial, e (iii) gerais, incluindo em razão de remuneração de concessão e indenizações a terceiros, as quais estão diretamente relacionadas à arrecadação do faturamento da Companhia ao seu êxito em ações judiciais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Despesas Tributárias totalizaram (R\$11.559) mil, uma redução de 6,86% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$12.411) mil, em razão da elevação das bases de cálculos dos tributos que são elevadas anualmente pela inflação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Provisões/Reversões - Perdas/ Recuperação de Créditos totalizaram (R\$106.402) mil, uma redução de 20,21% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$133.358) mil. Em relação à rubrica que teve maior impacto na elevação das provisões no ano de 2017, destacamos às perdas estimadas de liquidação duvidosa, influenciou sobremaneira este indicador a pequena reversão na provisão das perdas estimadas quando comparado ao ano de 2016.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as Outras Despesas/Outras Receitas Operacionais totalizaram (R\$4.671) mil, uma redução de 13,98% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$5.430) mil, em razão de ajuste de inventário no estoque.

Resultado Antes do Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos totalizou R\$134.735 mil, uma redução de 17,48% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$163.277 mil, em razão da elevação das despesas e custos do período.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Resultado Financeiro Líquido totalizou um prejuízo de (R\$73.250) mil, uma redução de 43,02% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de um prejuízo de (R\$128.550) mil, em razão da redução nas despesas financeiras, sendo que juros, encargos e outras despesas e correção monetária tiveram os maiores recuos no período, influenciado pela liquidação antecipada de empréstimos de curto prazo.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos totalizou R\$61.685 mil, um aumento de 77,05% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$34.727 mil, em razão da elevação das despesas e custos do período, quais sejam, custos com pessoal equivalentes a 24%, elevação das depreciações em 5% e energia elétrica em 11%.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes sobre o Lucro totalizou (R\$36.418) mil, um aumento de 3,70% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de (R\$35.119) mil, em razão da redução do lucro tributável.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos totalizou R\$225.955 mil, um aumento de 126,17% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$99.906 mil, em razão da redução do Lucro antes dos Tributos.

Resultado Líquido das Operações Continuadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Resultado Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$251.022 mil, um aumento de 152,25% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$99.906 mil, em razão da redução, em 43% do resultado financeiro líquido e da redução de 126% no deferimento de tributos IPRJ e CSLL.

Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Lucro (Prejuízo) por Ação totalizou R\$0,09979, um aumento de 145,73% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$0,04061, em razão do lucro líquido superior do período.

**ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 de dezembro de 2019
COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

	<u>31/12/2019</u>	<u>AV(%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>AV(%)</u>	<u>AH(%)</u>
Ativo Circulante	654.061	11,95%	470.597	9,76%	39%
Caixa e Equivalentes de Caixa	169.607	3,10%	43.997	0,91%	285,50%
Títulos e Valores Mobiliários	8.218	0,15%	7.764	0,16%	5,85%
Créditos a Receber de Usuários	392.400	7,17%	317.222	6,58%	23,70%
Estoques	45.722	0,84%	66.777	1,38%	-31,53%
Tributos a Recuperar	2.491	0,05%	4.011	0,08%	-37,90%
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	21.919	0,40%	18.015	0,37%	21,67%
Subdelegação	9.314	0,17%	8.930	0,19%	4,30%
Outras Contas a Receber	4.390	0,08%	3.881	0,08%	13,12%
Ativo Não Circulante	4.818.272	88,05%	4.352.965	90,24%	10,69%
Títulos e Valores Mobiliários	14.824	0,27%	14.191	0,29%	4,46%
Créditos a Receber de Usuários	17.794	0,33%	9.850	0,20%	80,65%
Depósitos Judiciais	9.384	0,17%	10.095	0,21%	-7,04%
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	142.214	2,60%	19.616	0,41%	624,99%
Subdelegação	677.280	12,38%	497.158	10,31%	36,23%
Outras Contas a Receber	-	0,00%	40	0,00%	-100,00%
Tributos Diferidos Ativos	256.209	4,68%	237.658	4,93%	7,81%
Investimentos	9	0,00%	9	0,00%	0,00%
Imobilizado	372.614	6,81%	307.047	6,37%	21,35%
Ativo de Contrato	630.542	11,52%	568.328	11,78%	10,95%
Intangível	2.697.402	49,29%	2.688.973	55,75%	0,31%
Total do Ativo	5.472.333	100,00%	4.823.562	100,00%	13,45%
Passivo Circulante	731.251	13,36%	526.873	10,92%	38,79%
Empréstimos e Financiamentos	130.881	2,39%	137.059	2,84%	-4,51%
Debêntures	95.524	1,75%	28.979	0,60%	229,63%
Arrendamento Mercantil	13.150	0,24%	-	0,00%	-
Fornecedores	129.678	2,37%	139.419	2,89%	-6,99%
Obrigações Trabalhistas	149.286	2,73%	100.896	2,09%	47,96%
Obrigações Tributárias	19.648	0,36%	27.172	0,56%	-27,69%
Parcelamentos	2.672	0,05%	7.822	0,16%	-65,84%
Obrigações Contratuais	100.236	1,83%	20.293	0,42%	393,94%
Outras Contas	12.164	0,22%	32.096	0,67%	-62,10%
Consórcios	-	0,00%	1.704	0,04%	-100,00%
Subdelegação	1.026	0,02%	608	0,01%	68,75%
Dividendos a Pagar	74.992	1,37%	28.831	0,60%	160,11%
Adiantamento contratual	1.994	0,04%	1.994	0,04%	0,00%
Passivo Não Circulante	1.939.753	35,45%	1.651.047	34,23%	17,49%
Empréstimos e Financiamentos	330.121	6,03%	453.311	9,40%	-27,18%
Debêntures	389.327	7,11%	346.359	7,18%	12,41%
Arrendamento Mercantil	32.621	0,60%	-	0,00%	-
Obrigações Trabalhistas	1.932	0,04%	-	0,00%	-
Obrigações Tributárias	8.071	0,15%	8.270	0,17%	-2,41%
Parcelamentos	17.304	0,32%	19.756	0,41%	-12,41%
Provisão para Demandas Judiciais	142.209	2,60%	101.481	2,10%	40,13%
Consórcios	56.194	1,03%	83.445	1,73%	-32,66%
Subvenções PAC	152.988	2,80%	136.448	2,83%	12,12%
Adiantamento Contratual	2.825	0,05%	4.819	0,10%	-41,38%
Obrigações Atuariais	128.881	2,36%	-	0,00%	-
Subdelegação	677.280	12,38%	497.158	10,31%	36,23%
Patrimônio Líquido	2.801.329	51,19%	2.645.642	54,85%	5,88%
Capital Social	2.515.546	45,97%	2.515.546	52,15%	0,00%

Reserva Legal	26.053	0,48%	10.266	0,21%	153,78%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	33.319	0,61%	33.335	0,69%	-0,05%
Outros Resultados Abrangentes	(85.061)	-1,55%	-	0,00%	
Reservas para Investimentos	311.472	5,69%	86.495	1,79%	260,10%
Total do Passivo	5.472.333	100,00%	4.823.562	100,00%	13,45%

Total do Ativo

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo totalizou R\$5.472.333 mil, um aumento de 13,45% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$4.823.562 mil, em razão dos aumentos nos ativos circulantes e não circulantes, conforme explicado abaixo.

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Circulante totalizou R\$654.061 mil, um aumento de 38,99% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$470.597 mil, em razão principalmente do aumento das disponibilidades de Caixa e Equivalentes, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2019, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$169.607 mil, um aumento de 285,50% em comparação a 31 de dezembro de 2018 que foi de R\$43.997 mil, em razão da entrada dos recursos advindos da 6ª Emissão de debêntures pela Companhia no valor de R\$140.000 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, os Créditos a Receber de Usuários totalizaram R\$392.400 mil, um aumento de 23,70% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$317.222 mil, em razão do aumento no faturamento da companhia anteriormente citado.

Em 31 de dezembro de 2019, os Estoques totalizaram R\$ 45.722 mil, uma redução de 31,53% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$66.777 mil, em razão das novas medidas adotadas pela companhia no tocante aos controles de Estoques, que possibilitou a otimização no uso e armazenagem desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, os Tributos a Recuperar totalizaram R\$2.491 mil, uma redução de 37,90% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$4.011 mil, em razão da compensação, através das PER/DCOMP nrs. 41508.51930 e 32145.23284, em 07/2019 de valores de IRPJ e CSLL que foram pagos a maior por estimativa durante o exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os Títulos e Valores Mobiliários totalizaram R\$8.218 mil, um aumento de 5,85% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$7.764 mil, em razão do aumento no valor da exigência contratual do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como garantia de empréstimos/financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2019, as Despesas Antecipadas e Adiantamentos totalizaram R\$21.919 mil, um aumento de 21,67% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$18.015 mil, em razão do adiantamento de férias que é pago nos últimos dias do ano de 2019 e compensado nos primeiros dias do exercício seguinte, quando da sua realização em folha de pagamento, conforme previsões legais.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Não Circulante totalizou R\$4.818.272 mil, um aumento de 10,69% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$4.352.965 mil, em razão dos aumentos nos ativos realizáveis a longo prazo e imobilizados, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$1.117.730 mil, um aumento de 41,73% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$788.608 mil, em razão principalmente do aumento na conta a receber da subdelegação dos serviços de esgotamento sanitário de algumas cidades à empresa BRK Ambiental Goiás S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, os Depósitos Judiciais totalizaram R\$9.385 mil, uma redução de 7,04% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$10.095, em razão do encerramento de algumas ações judiciais nas quais a Companhia era requerida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Subdelegação totalizou R\$677.280 mil, um aumento de 36,23% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$497.158 mil, em razão do aumento do volume de investimentos no sistema de esgotamento sanitário por parte da BRK Ambiental Goiás S.A nas cidades de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade.

Em 31 de dezembro de 2019, os Títulos e Valores Mobiliários totalizaram R\$14.824 mil, um aumento de 4,46% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$14.191 mil, em razão do aumento no valor da exigência contratual do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como garantia de empréstimos/financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2019, as Outras Contas a Receber totalizaram R\$0 mil, uma redução de 100,00% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$40 mil, em razão da compensação deste crédito com o investidor Goiás Parcerias no pagamento de dividendos obrigatórios referentes ao resultado do exercício de 2018 que a Companhia realizou em maio de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o Imobilizado totalizou R\$372.614 mil, um aumento de 21,35% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$307.047 mil, em razão do aumento das imobilizações em bens de uso gerais e principalmente a reestimativa da vida útil dos bens que gerou uma redução significativa no montante da depreciação acumulado em 2019 comparado com o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo de Contrato totalizou R\$630.542 mil, um aumento de 10,95% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$568.328 mil, em razão dos novos investimentos realizados em 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o Intangível totalizou R\$2.697.402 mil, um aumento de 0,31% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$2.823.562 mil, em razão dos novos investimentos e amortização natural que sofrem esses ativos.

Total do Passivo

Em 31 de dezembro de 2019, o Passivo Total totalizou R\$5.472.333 mil, um aumento de 13,45% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$4.823.562 mil, em razão do aumento dos passivos circulantes e não circulantes, conforme explicado abaixo.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Passivo Circulante totalizou R\$731.251 mil, um aumento de 38,79% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$526.873 mil, em razão principalmente da captação de recursos na 6ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia em Setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$130.881 mil, uma redução de 4,51% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foram de R\$137.059 mil, em razão da amortização programada destes passivos.

Em 31 de dezembro de 2019, as Debêntures totalizaram R\$95.524 mil, um aumento de 229,63% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$28.979 mil, em razão da 6ª emissão das Debêntures realizada em setembro de 2019 no valor de R\$140.000.

Em 31 de dezembro de 2019, o Arrendamento Mercantil totalizou R\$13.150 mil, um aumento de 100% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0 mil, em razão da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, vigente a partir do ano de 2019. Onde parte do passivo de locação total que atende aos requisitos da Norma foi reconhecido no balanço patrimonial da Saneago.

Em 31 de dezembro de 2019, os Fornecedores totalizaram R\$129.678 mil, uma redução de 6,99% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$139.419 mil, em razão do processo natural de realização/pagamento destee passivos.

Em 31 de dezembro de 2019, os Consórcios totalizaram R\$0 mil, uma redução de 100% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$1.704 mil, em razão da adequação das participações da Saneago nos Consórcios firmados para as cidades de Águas Lindas de Goiás e Corumbá.

Em 31 de dezembro de 2019, as Obrigações Trabalhistas totalizaram R\$149.286 mil, um aumento de 47,96% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$100.896 mil, em razão do reajuste salarial na data base de 07/2019 no percentual de 4,78 e principalmente em virtude de que em 2018 os salários referentes ao mês de dezembro foram integralmente pagos em dezembro de 2018 e em 2019 os salários de dezembro somente foram pagos em janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, as Obrigações Tributárias totalizaram R\$19.648 mil, uma redução de 27,69% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$27.172 mil, em razão de; Para as obrigações tributárias “ISS”, “Retenções de Contribuições Federais” e “INSS Prestação de Serviços” a variação dos saldos se justifica, principalmente, por conta do lançamento que, mensalmente, transfere os valores dessas contas para uma conta de Fornecedor vinculada ao razão 2111010004 - FORNEC TRIBUTOS/IMP. Essa transferência entre contas é imperativa, no sistema SAP, para que o Financeiro registre os pagamentos efetuados. Até o mês 03/2019, esse lançamento era efetuado no último dia do mês de referência, ficando, ao fim do mês, os saldos registrados na conta de fornecedores. A partir do mês 04/2019, o sistema foi reconfigurado para efetuar o referido lançamento na data do vencimento do tributo, ou em data posterior, de forma que a partir desse mês, os saldos dos tributos apurados no mês ficam registrados, ao fim do período, em seus razões respectivos, e seus saldos em 31/12/2019 ficam superiores aos saldos de 31/12/2018. Para as obrigações tributárias “PIS a recolher” e “COFINS”, a variação refere-se à variação real do valor dos tributos apurados nas competências de 12/2018 e 12/2019. Para as obrigações tributárias “IRPJ” e “Contribuição Social”, a variação dos saldos ocorre por não haver saldo a ser recolhido em 12/2018, por terem sido recolhidos inteiramente nas apurações por estimativa efetuadas no decorrer do exercício. Já em 12/2019, foi

apurado tributo nos valores constantes nos razões. Para a obrigação tributária “Parcelamento Junto à Receita Federal”, a variação dos saldos decorre principalmente da quitação do parcelamento PRT, ocorrido no início do ano. Para a obrigação tributária “IRRF Prestação de Serviços”, o lançamento da transferência do IRRF incidente sobre a folha de pagamento para a conta de fornecedores, conforme exposto acima, passou a ocorrer ao fim do mês de referência. Portanto, neste caso, os valores referentes ao IRRF sobre folha de pagamento, que correspondem à maior parte da movimentação desta conta, passaram a compor a conta de fornecedores em 12/2019, o que explica a redução do saldo.

Em 31 de dezembro de 2019, os Parcelamentos totalizaram R\$2.672 mil, uma redução de 65,84% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$7.822 mil, em razão do fluxo de pagamentos mensais das parcelas existentes em 2018 e não aquisição de novos parcelamentos em valor relevante para o período compreendido até 31/12/2019.

Em 31 de dezembro de 2019, as Obrigações Contratuais totalizaram R\$100.236mil, um aumento de 393,94% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$20.293 mil, em razão de que em 17 de dezembro de 2019 a Saneago firmou distrato com o município de Goiânia pelo qual pagará a importância de R\$ 127.524 referente às subvenções e à onerosidade do contrato de concessão 393/1991.

Em 31 de dezembro de 2019, a Subdelegação totalizou R\$1.026 mil, um aumento de 68,75% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$608 mil, em razão do aumento do volume de investimentos no sistema de esgotamento sanitário por parte da BRK Ambiental Goiás S.A nas cidades de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade.

Em 31 de dezembro de 2019, os Dividendos totalizaram R\$74.992 mil, um aumento de 34,78% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$28.831 mil, em razão do aumento no lucro operacional de Companhia no ano de 2019 que foi de R\$ 315.731 mil, base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2019, as Outras Contas totalizaram R\$12.164 mil, uma redução de 62,10% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$32.096 mil, em razão do registro fiscal no exercício de 2019 de despesas que foram reconhecidas em 2018 e que ainda careciam deste registro para compor a conta de fornecedores.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Passivo Não Circulante totalizou R\$1.939.753 mil, um aumento de 17,49% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$1.651.047 mil, em razão dos aumentos nas contas de subdelegação, provisão para demandas judiciais e captação da 6ª emissão das Debêntures da Saneago.

Em 31 de dezembro de 2019, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$330.121 mil, uma redução de 27,18% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$453.311 mil, em razão da amortização programada destes passivos.

Em 31 de dezembro de 2019, as Debêntures totalizaram R\$389.327 mil, um aumento de 12,41% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$453.311 mil, em razão da 6ª emissão das Debêntures realizada em setembro de 2019 no valor de R\$140.000 e amortização programada destes passivos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Arrendamento Mercantil totalizou R\$32.621 mil, um aumento de 100% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0 mil, em razão da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 –

Operações de Arrendamento Mercantil, vigente a partir do ano de 2019. Onde parte do passivo de locação total que atende aos requisitos da Norma foi reconhecido no balanço patrimonial da Saneago.

Em 31 de dezembro de 2019, os Parcelamentos totalizaram R\$17.304 mil, uma redução de 12,41% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$19.756 mil, em razão do fluxo de pagamentos mensais das parcelas existentes em 2018 e não aquisição de novos parcelamentos em valor relevante para o período compreendido até 31/12/2019.

Em 31 de dezembro de 2019, as Obrigações Trabalhistas totalizaram R\$1.932 mil, um aumento de 100% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0 mil, essa variação no saldo decorre dos valores de Vale Alimentação e Auxílio Saúde(CAESAN) que a saneago pagará aos empregados que saíram da empresa em 09/2019 em virtude do programa de desligamento incentivado – PDI 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, as Obrigações Tributárias totalizaram R\$8.071 mil, uma redução de 2,41% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$8.270 mil, essa variação no saldo decorre principalmente da quitação do parcelamento PRT com a Receita Federal do Brasil, ocorrido no início do ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Provisão para Demandas Judiciais totalizou R\$142.209 mil, um aumento de 40,13% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$101.481 mil, em razão do aumento de demandas judiciais de naturezas fiscais e cíveis com prognóstico de perda provável em desfavor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, os Consórcios totalizaram R\$56.194 mil, uma redução de 32,66% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$83.445 mil, em razão da adequação das participações da Saneago nos Consórcios firmados para as cidades de Águas Lindas de Goiás e Corumbá.

Em 31 de dezembro de 2019, as Subvenções PAC totalizaram R\$152.988 mil, um aumento de 12,12% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$136.448 mil, em razão do aumento de investimentos fomentados pelo OGU - Orçamento Geral da União.

Em 31 de dezembro de 2019, o Adiantamento Contratual totalizou R\$2.825 mil, uma redução de 41,38% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$4.819 mil, em razão da realização normal do contrato com a instituição bancária (Banco Itaú), responsável pelos serviços de pagamentos de salários, férias, adiantamentos e similares dos empregados da Saneago.

Em 31 de dezembro de 2019, as Obrigações Atuariais totalizou R\$128.881 mil, um aumento de 100% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0 mil, em razão do risco atuarial apurado em relatório circunstanciado elaborado pela empresa independente, Mirrador, nos termos do CPC33(R1) sobre os planos de benefício definido, onde temos que: a obrigação da entidade patrocinadora(Saneago) é a de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados para cobrir o risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado), que recae sobre a entidade.

Em 31 de dezembro de 2019, a Subdelegação totalizou R\$677.280 mil, um aumento de 36,23% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$497.158 mil, em razão do aumento do volume de investimentos no sistema de esgotamento sanitário por parte da BRK Ambiental Goiás S.A nas cidades de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido totalizou R\$2.801.329 mil, um aumento de 5,88% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$2.645.642 mil, em razão do incremento advindo do resultado operacional líquido obtido pela Companhia em 2019 no valor de R\$315.731.

Em 31 de dezembro de 2019, a Reserva Legal totalizou R\$26.053 mil, um aumento de 153,78% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$10.266 mil, em razão do incremento advindo da distribuição do lucro líquido obtido pela Companhia em 2019 no valor de R\$315.731.

Em 31 de dezembro de 2019, a Reserva para investimentos totalizou R\$311.472 mil, um aumento de 260,10% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$86.495 mil, em razão do incremento advindo da distribuição do lucro líquido obtido pela Companhia em 2019 no valor de R\$315.731.

Em 31 de dezembro de 2019, os Outros resultados Abrangentes totalizou (R\$85.061) mil, um aumento de 100% em comparação a 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0 mil, em razão do risco atuarial apurado em relatório circunstanciado elaborado pela empresa independente, Mirrador, nos termos do CPC33(R1) sobre os planos de benefício definido, onde temos que: a obrigação da entidade patrocinadora(Saneago) é a de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados para cobrir o risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado), que recae sobre a entidade.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante	470.597	9,76%	430.653	9,50%	9,28%
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.997	0,91%	78.588	0,89%	-44,02%
Créditos a Receber de Usuários	317.222	6,58%	244.903	6,43%	29,53%
Estoques	66.777	1,38%	56.541	1,31%	18,10%
Tributos a Recuperar	4.011	0,08%	5.113	0,08%	-21,55%
Títulos e Valores Mobiliários	7.764	0,16%	730400,00%	0,16%	6,30%
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	18.015	0,37%	25.777	0,37%	-30,11%
Subdelegação	8.930	0,19%	8.607	0,18%	3,75%
Outras Contas a Receber	3.881	0,08%	3.820	0,08%	1,60%
Ativo Não Circulante	4.352.965	90,24%	4.128.323	90,50%	5,44%
Ativo Realizável a Longo Prazo	788.608	16,35%	613.334	17,74%	28,58%
Créditos a Receber de Usuários	9.850	0,20%	9.004	0,20%	9,40%
Depósitos Judiciais	10.095	0,21%	3.981	1,03%	153,58%
Tributos Diferidos Ativos	237.658	4,93%	243.719	5,74%	-2,49%
Subdelegação	497.158	10,31%	340.589	10,08%	45,97%
Títulos e Valores Mobiliários	14.191	0,29%	16.001	0,29%	-11,31%
Despesas Antecipadas	19.616	0,41%		0,40%	-

Outras Contas a Receber	40	0,00%	40	0,00%	0,00%
Investimentos	9	0,00%	9	0,00%	0,00%
Imobilizado	307.047	6,37%	173.389	6,23%	77,09%
Intangível	3.257.301	67,53%	3.341.591	66,53%	-2,52%
Total do Ativo	4.823.562	100,00%	4.558.976	100,00%	5,80%
Passivo Circulante	526.873	10,92%	657.998	10,28%	-19,93%
Empréstimos e	137.059	2,84%	154.343	2,76%	-11,20%
Financiamentos					
Debêntures	28.979	0,60%	47.908	0,59%	-39,51%
Fornecedores	139.419	2,89%	218.815	2,83%	-36,28%
Consórcios	1.704	0,04%	4.307	0,03%	-60,44%
Obrigações Trabalhistas	100.896	2,09%	136.734	2,05%	-26,21%
Obrigações Tributárias	27.172	0,56%	61.290	0,55%	-55,67%
Parcelamentos	28.115	0,58%	24.435	0,57%	15,06%
Subdelegação	608	0,01%	1.744	0,01%	-65,14%
Dividendos	28.831	0,60%	2.551	0,20%	1030,18%
Adiantamento Contratual	1.994	0,04%	1.994	0,04%	0,00%
Outras Contas	32.096	0,67%	3.877	0,65%	727,86%
Passivo Não Circulante	1.651.047	34,23%	1.339.253	34,44%	23,28%
Empréstimos e	453.311	9,40%	560.949	16,24%	-19,19%
Financiamentos					
Debêntures	346.359	7,18%	168.123	7,02%	106,02%
Obrigações Trabalhistas	-	0,00%	6.144	-	-100,00%
Parcelamentos	19.756	0,41%	16.253	0,40%	21,55%
Consórcios	83.445	1,73%	90.780	1,69%	-8,08%
Obrigações Tributárias	8.270	0,17%	13.699	0,17%	-39,63%
Provisão para Demandas Judiciais	101.481	2,10%	43.566	2,65%	132,94%
Subvenções PAC	136.448	2,83%	92.337	2,77%	47,77%
Adiantamento Contratual	4.819	0,10%	6.813	0,10%	-29,27%
Subdelegação	497.158	10,31%	340.589	10,08%	45,97%
Tributos Diferidos Passivos		0,00%		0,35%	-
Patrimônio Líquido	2.645.642	54,85%	2.561.725	55,28%	3,28%
Capital Social	2.515.546	52,15%	2.515.546	51,01%	0,00%
Reservas de Capital		0,00%		2,85%	-
Reserva Legal	10.266	0,21%	4.733	0,13%	116,90%
Reservas para Investimento	86.495	1,79%	7.652	0,61%	1030,36%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.335	0,69%	33.794	0,68%	-1,36%
Prejuízos Acumulados		0,00%		-	-
Passivo Total	4.823.562	100,00%	4.558.976	100,00%	5,80%

Total do Ativo

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Total totalizou R\$4.823.562 mil, um aumento de 5,82% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 4.558.976 mil, em razão do aumento do ativo circulante e do ativo não circulante, conforme explicado abaixo.

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Circulante totalizou R\$470.597 mil, um aumento de 9,28% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$430.653 mil, em razão principalmente do aumento em créditos a receber de usuários, estoques, títulos e valores mobiliários, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$43.997 mil, uma redução de 44,02% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$78.588 mil, em razão da quitação dos salários de dezembro ainda no ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os Créditos a Receber de Usuários totalizaram R\$317.222 mil, um aumento de 29,53% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$244.903 mil. Parte do aumento é decorrente do reconhecimento de créditos que estavam classificados anteriormente em não circulante e também no aumento do crédito a receber de usuários públicos.

Em 31 de dezembro de 2018, os Estoques totalizaram R\$ 66.777 mil, um aumento de 18,10% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$56.541 mil, em razão do saldo maior de materiais para estações de tratamento, tubos, conexões para redes e adutoras e esgoto. A elevação da referida rubrica está relacionada a retomada dos investimentos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, os Tributos a Recuperar totalizaram R\$4.011 mil, uma redução de 21,55% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$5.113 mil, em razão de apuração ter gerado saldo inferior.

Em 31 de dezembro de 2018, os Títulos e Valores Mobiliários totalizaram R\$7.764 mil, uma redução de 6,30% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$7.304 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, as Despesas Antecipadas e Adiantamentos totalizaram R\$18.015 mil, uma redução de 30,11% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$25.777 mil, em razão de em 2017 ter havido a quitação da Prestação de assessoria técnica, no regime de empreitada por preço global, na implementação da oferta pública primária de ações escriturais, liquidada no exercício de 2018

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Não Circulante totalizou R\$4.352.965 mil, um aumento de 5,44% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$4.128.323 mil, em razão do aumento no ativo realizável a longo prazo, créditos a receber de usuários, depósitos judiciais, subdelegação e imobilizado, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$788.608 mil, um aumento de 28,58% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$613.334 mil, em razão dos aumentos na conta de Subdelegação, depósitos judiciais, e outras contas do Ativo Realizável a Longo Prazo, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, as Depósitos Judiciais totalizaram R\$10.095 mil, um aumento de 3,981% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$3.981, em razão da ocorrência de depósitos normais e de um processo do município de Goiânia referente à cobrança de ISS que, para continuar em demanda, a Saneago efetuou depósito judicial de R\$ 4.000.

Em 31 de dezembro de 2018, a Subdelegação totalizou R\$497.158 mil, um aumento de 45,97% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$340.589 mil, em razão da realização de investimentos contabilizados nesse ativo.

Em 31 de dezembro de 2018, os Títulos e Valores Mobiliários totalizaram R\$14.191 mil, uma redução de 11,31% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$16.001 mil, em razão da redução da aplicação na Caixa Econômica.

Em 31 de dezembro de 2018, o Imobilizado totalizou R\$307.047 mil, um aumento de 77,09% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$173.389 mil, em razão do aumento dos Bens de Uso Geral relacionados ao Consórcio CORUMBÁ.

Em 31 de dezembro de 2018, o Intangível totalizou R\$3.257.301 mil, uma redução de 2,52% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$3.341.591 mil, em razão de amortizações no período.

Total do Passivo

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo Total totalizou R\$4.893.562 mil, um aumento de 5,8% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$4.558.976 mil, em razão do aumento do passivo não circulante e do patrimônio líquido, conforme explicado abaixo.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo Circulante totalizou R\$526.873 mil, uma redução de 19,93% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$657.998 mil, em razão da redução dos empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, consórcios, obrigações trabalhistas, obrigações tributárias e subdelegações, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, o Empréstimos e Financiamentos totalizou R\$137.059 mil, uma redução de 11,20% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$154.343 mil, em razão do alongamento da dívida com a liquidação antecipada de empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2018, as Debêntures totalizaram R\$28.979 mil, uma redução de 39,51% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$47.908 mil, em razão da liquidação antecipada da 3ª emissão de debêntures com o desembolso da 5ª Emissão de debêntures realizada em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os Fornecedores totalizaram R\$139.419 mil, uma redução de 36,28% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$218.815 mil, em razão da melhoria na gestão do fluxo de caixa possibilitando o adimplemento dos fornecedores de forma mais eficiente.

Em 31 de dezembro de 2018, os Consórcios totalizaram R\$1.704 mil, uma redução de 60,44% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$4.307 mil, em razão da adequação das participações da Saneago nos Consórcios.

Em 31 de dezembro de 2018, as Obrigações Trabalhistas totalizaram R\$100.896 mil, uma redução de 26,21% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$136.734 mil, em razão da quitação dos salários de dezembro ainda em 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, as Obrigações Tributárias totalizaram R\$27.172 mil, uma redução de 55,67% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$61.290 mil, em razão de novo parcelamento realizado junto ao Governo Federal e da melhoria no fluxo de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, os Parcelamentos totalizaram R\$28.115 mil, uma redução de 15,06% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$24.435 mil, em razão de principalmente do montante de R\$ 20 milhões referente ao Fundo Municipal de Saneamento de Águas Lindas em razão da assinatura do Contrato de Programa com o município.

Em 31 de dezembro de 2018, a Subdelegação totalizou R\$608 mil, uma redução de 65,14% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$1.744 mil, em razão de dos acertos em relação ao Ativo de Subdelegação.

Em 31 de dezembro de 2018, as Outras Contas totalizaram R\$32.096 mil, um aumento de 727,86% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$3.877 mil, em razão de Despesas do exercício 2018 cujo registro fiscal efetivou-se no exercício de 2019.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo Não Circulante totalizou R\$1.651.047 mil, um aumento de 23,28% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$1.339.253 mil, em razão do aumento de empréstimos e financiamentos, debêntures, parcelamentos, provisão para demandas judiciais, subvenções PCA e subdelegação, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$453.311 mil, uma redução de 19,19% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$560.949 mil em razão de amortização mensal.

Em 31 de dezembro de 2018, as Debêntures totalizaram R\$346.359 mil, um aumento de 106,02% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$168.123 mil, em razão do desembolso da 5ª Emissão de debêntures realizada em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os Parcelamentos totalizaram R\$19.756 mil, um aumento de 21,55% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$16.253 mil, principalmente do montante de R\$ 20 milhões referente ao Fundo Municipal de Saneamento de Águas Lindas em razão da assinatura do Contrato de Programa com o município.

Em 31 de dezembro de 2018, as Obrigações Tributárias totalizaram R\$8.270 mil, uma redução de 39,63% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$13.699 mil, em razão dos parcelamentos realizados e amortização do período.

Em 31 de dezembro de 2018, a Provisão para Demandas Judiciais totalizou R\$101.481 mil, um aumento de 132,94% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$43.566 mil, devido à nova estimativa por parte do departamento jurídico da companhia, em revisão a processos de autoria do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Urbanas do Estado de Goiás, pleiteando pagamento de horas de Integração das Diárias de viagem ao

salário, Ação Coletiva - DSR concedido de forma indevida aos que laboram em escala de revezamento e Ação Coletiva de Intervalo intrajornada.

Em 31 de dezembro de 2018, as Subvenções PAC totalizaram R\$136.448 mil, um aumento de 47,77% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$92.337 mil, em razão do aumento de Adquiridos com OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 31 de dezembro de 2018, o Adiantamento Contratual totalizou R\$4.819 mil, uma redução de 29,27% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$6.813 mil, em razão de redução dos valores realizados a título de adiantamento.

Em 31 de dezembro de 2018, a Subdelegação totalizou R\$497.158 mil, um aumento de 45,97% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$340.589 mil, em razão da realização de investimentos contabilizados nesse ativo.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido totalizou R\$2.645.642 mil, um aumento de 3,28% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$2.561.725 mil, em razão da reversão dos prejuízos acumulados e acumulação de saldo positivo de lucro no período.

Em 31 de dezembro de 2018, a Reserva Legal totalizou R\$10.266 mil, um aumento de 116,90% em comparação a 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$4.733 mil, em razão do registro de lucro líquido no período.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2017	AV (%)	31/12/2016	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante	430.653	9,45%	355.420	7,87%	21,17%
Caixa e Equivalentes de Caixa	78.588	1,72%	37.037	0,82%	112,19%
Créditos a Receber de Usuários	244.903	5,37%	240.365	5,32%	1,89%
Estoques	56.541	1,24%	47.155	1,04%	19,90%
Tributos a Recuperar	5.113	0,11%	2.300	0,05%	122,30%
Títulos e Valores Mobiliários	7.304	0,16%	-		
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	25.777	0,57%	10.386	0,23%	148,19%
Subdelegação	8.607	0,19%	14.390	0,32%	-40,19%
Outras Contas a Receber	3.820	0,08%	3.787	0,08%	0,87%
Ativo Não Circulante	4.128.323	90,55%	4.161.315	92,13%	-0,79%
Créditos a Receber de Usuários	9.004	0,20%	11.709	0,26%	-23,10%
Depósitos Judiciais	3.981	0,09%	3.877	0,09%	2,68%
Tributos Diferidos Ativos	243.719	5,35%	89.429	1,98%	172,53%
Subdelegação	340.589	7,47%	235.989	5,22%	44,32%
Títulos e Valores Mobiliários	16.001	0,35%	25.634	0,57%	-37,58%
Outras Contas a Receber	40	0,00%	34.667	0,77%	-99,88%
Investimentos	9	0,00%	-		
Imobilizado	173.389	3,80%	135.080	2,99%	28,36%

Obras em Andamento não Reversível	-	-	-	-	-
Intangível	3.341.591	73,30%	3.624.930	80,26%	-7,82%
Total do Ativo	4.558.976	100,00%	4.516.735	100,00%	0,94%
Passivo Circulante	657.998	14,43%	746.802	16,53%	-11,89%
Empréstimos e Financiamentos	154.343	3,39%	195.952	4,34%	-21,23%
Debêntures	47.908	1,05%	51.941	1,15%	-7,76%
Fornecedores	218.815	4,80%	305.692	6,77%	-28,42%
Consórcios	4.307	0,09%	1.364	0,03%	215,76%
Obrigações Trabalhistas	136.734	3,00%	105.844	2,34%	29,18%
Obrigações Tributárias e Outras	61.290	1,34%	55.343	1,23%	10,75%
Parcelamentos	24.435	0,54%	9.561	0,21%	155,57%
Concessões de Prefeituras	-	-	-	-	-
Programa Deslig. Voluntário - PDV	-	-	-	-	-
Subdelegação	1.744	0,04%	1.462	0,03%	19,29%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.551	0,06%	17.090	0,38%	-85,07%
Adiantamento contratual	1.994	0,04%	116	0,00%	1618,97%
Outras Contas	3.877	0,09%	2.437	0,05%	59,09%
Passivo Não Circulante	1.339.253	29,38%	1.538.979	34,07%	-12,98%
Empréstimos e Financiamentos	560.949	12,30%	728.900	16,14%	-23,04%
Debêntures	168.123	3,69%	88.513	1,96%	89,94%
Parcelamentos	16.253	0,36%	21.067	0,47%	-22,85%
Consórcios	90.780	1,99%	66.085	1,46%	37,37%
Provisões para Demandas Judiciais	43.566	0,96%	86.555	1,92%	-49,67%
Subvenções PAC	92.337	2,03%	241.843	5,35%	-61,82%
Obrigações Trabalhistas	13.699	0,30%	70.027	1,55%	-80,44%
Subdelegação	6.144	0,13%	-	-	-
Tributos Fiscais Diferidos	340.589	7,47%	235.989	5,22%	44,32%
Adiantamento Contratual	6.813	0,15%	-	-	-
Patrimônio Líquido	2.561.725	56,19%	2.230.954	49,39%	14,83%
Capital Social	2.515.546	55,18%	2.450.509	54,25%	2,65%
Reservas de Capital	4.733	0,10%	4.196	0,09%	12,80%
Reservas Legal	7.652	0,17%	-	0,00%	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.794	0,74%	34.261	0,76%	-1,36%
Prejuízos Acumulados	-	0,00%	-258.012	-5,71%	-100,00%
Passivo Total	4.558.976	100,00%	4.516.735	100,00%	0,94%
Total do Ativo					

Em 31 de dezembro de 2017, o Total do Ativo totalizou R\$4.558.976 mil, uma elevação de 0,94% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$4.516.735 mil, em razão das variações abaixo explicitadas:

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Circulante totalizou R\$430.653 mil, um aumento de 21,17% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$355.420 mil, em razão do aumento de caixa e equivalente de caixa, créditos a receber de usuários, estoques, tributos a recuperar, despesas antecipadas e adiantamentos e outras contas a receber, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$78.588 mil, um aumento de 112,19% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$37.037 mil. Esta variação deve-se, entre outros aspectos ao aporte de recursos realizado pelo estado, emissão de debêntures, aplicações financeiras e conta corrente/arrecadação.

Em 31 de dezembro de 2017, os Estoques totalizaram R\$56.541 mil, um aumento de 19,90% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$47.155 mil, em razão do saldo maior de materiais para estações de tratamento, tubos, conexões para redes e adutoras e esgoto.

Em 31 de dezembro de 2017, os Tributos a Recuperar totalizaram R\$5.113 mil, um aumento de 122,30% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$2.300 mil, refere-se a Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (pagamentos a maior por estimativa) no exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, as Despesas Antecipadas totalizaram R\$25.777 mil, um aumento de 148,19% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$10.386 mil, Refere-se aos valores de amortização e encargos pagos antecipadamente pela Saneago conforme Regulamento FIDC IV.

Em 31 de dezembro de 2017, a Subdelegação totalizou R\$8.607 mil, uma redução de 40,19% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$14.390 mil, refere-se a variação dos valores registrados referente ao Reconhecimento da Outorga de Subdelegação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Outras Contas a Receber totalizou R\$3.820 mil, um aumento de 0,87% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$3.787 mil. O aumento se deve a outros créditos a receber de consórcios e subsidiárias.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Não Circulante totalizou R\$4.128.323 mil, uma redução de 0,79% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$4.235.889 mil, em razão principalmente das amortizações do Intangível e da Redução de Outras Contas a Receber (conforme será explicitado a seguir).

Em 31 de dezembro de 2017, os Tributos Diferidos Ativos totalizaram R\$243.719 mil, um aumento de 172,53% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$89.429 mil. Em dezembro de 2017 houve compensação de prejuízo fiscal com parcelamentos junto à Receita Federal. Com base nos estudos e nas perspectivas futuras de crescimento a Companhia mantém registrado seu ativo fiscal limitado ao menor valor entre o montante de lucros futuros e às diferenças temporárias/prejuízos fiscais que poderão ser compensadas (em 31 de dezembro de 2016 limitou-se à projeção de lucros futuros).

Em 31 de dezembro de 2017, a Subdelegação totalizou R\$340.589 mil, um aumento de 44,32% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$235.989 mil, em razão de elevação do Ativo vinculado a Subdelegação e Investimentos realizados.

Em 31 de dezembro de 2017, os Títulos e Valores Mobiliários totalizaram R\$16.001 mil, uma redução de 37,58% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$25.634 mil, em razão de redução das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, as Outras Contas a Receber totalizaram R\$40 mil, uma redução de 99,88% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$34.667 mil. b) Estado de Goiás - JSCP e Dividendos

O Estado de Goiás recebeu o montante de R\$55.981, valor superior ao limite total a distribuir que era de R\$38.610, ocasionando um recebimento a maior de R\$17.371. Em abril de 2017 o valor foi recebido em espécie via transferência bancária.

Em 31 de dezembro de 2017, o Imobilizado totalizou R\$173.389 mil, um aumento de 28,36% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$135.080 mil, saldo positivo das adições de investimentos e amortizações do período.

Em 31 de dezembro de 2017, o Intangível totalizou R\$3.341.591 mil, uma redução de 7,82% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$3.624.930 mil, em razão das amortizações do período.

Total do Passivo

Em 31 de dezembro de 2017, o Passivo Total totalizou R\$4.558.976 mil, uma elevação de 0,94% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$4.516.735 mil, em razão das variações explicitadas a seguir:

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Passivo Circulante totalizou R\$657.998 mil, uma redução de 11,89% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$746.802 mil, em razão da redução de empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, consórcios e concessões de prefeituras, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$154.343 mil, uma redução de 21,23% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$195.952 mil, em razão da liquidação antecipada de empréstimos de curto prazo com intuito de melhorar o perfil da dívida financeira, aliviando a pressão no fluxo de caixa de curto prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures totalizaram R\$47.908 mil, uma redução de 7,76% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$51.941 mil, em razão das amortizações do período.

Em 31 de dezembro de 2017, as Fornecedores totalizaram R\$189.998 mil, uma redução de 28,42% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$305.692 mil, em razão da nova política de pagamentos implantada na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, as Consórcios totalizaram R\$4.307 mil, uma elevação de 215,76% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$1.364 mil. em razão da retomada de investimentos nos consórcios, o que gerou aumento de dívida junto aos fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2017, os Obrigações Trabalhistas totalizaram R\$136.734 mil, um aumento de 29,18% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$105.844 mil, em razão do saldo de INSS a recolher sobre Slários.

Em 31 de dezembro de 2017, os Obrigações Tributárias e Outras totalizaram R\$61.290 mil, um aumento de 10,75% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$55.343 mil, em razão de principalmetne de saldo maior de Cofins a recolher do período.

Em 31 de dezembro de 2017, os Parcelamentos totalizaram R\$24.435 mil, um aumento de 155,67% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$9.561 mil, em razão do reconhecimento pela Companhia de crédito devido aos empregados, face ao acordo do processo trabalhista firmado junto ao sindicato dos trabalhadores da categoria.

Em 31 de dezembro de 2017, a Subdelegação totalizou R\$1.744 mil, um aumento de 19,29% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$1.462 mil referente a saldo da Outorga.

Em 31 de dezembro de 2017, o Aditamento Contratual totalizou R\$1.994 mil, um aumento de 1618,97% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$116 mil, em virtude do contrato junto a instituição financeira para gerenciamento dos pagamentos de pessoal.

Em 31 de dezembro de 2017, as Outras Contas totalizaram R\$3.877 mil, um aumento de 59,09% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$2.437 mil, em razão de aumento do caucões realizados no período.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Passivo Não Circulante totalizou R\$1.339.253 mil, uma redução de 12,98% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$1.538.979 mil, em razão principalmente dos Empréstimos e Financiamentos, Parcelamentos, Provisões para Demandas Judiciais e Subvenções PAC, conforme explicado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$560.949 mil, uma redução de 23,04% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$728.900 mil, em razão das liquidações de contratos antecipados e amortizações no decorrer do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures totalizaram R\$168.123 mil, um aumento de 89,94% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$88.513 mil, em razão da 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$130.000 mil, sendo que os recursos captados tiveram como destinação prioritária a liquidação antecipada de empréstimos, alongamento da dívida de curto prazo, reforço do capital de giro e complemento do programa de demissão voluntária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, os Parcelamentos totalizaram R\$16.253 mil, uma redução de 22,85% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$26.067 mil. A Companhia se beneficiou da Medida Provisória nº 766/2017 que instituiu o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1687/2017 e Portaria PGFN nº 152/2017. A Companhia possuía parcelamentos previdenciários e não previdenciários junto a RFB. Com a regulamentação do mencionado programa, após análise dos precitados dispositivos legais, a Companhia aderiu ao programa em 6 de março de 2017, tendo em vista a possibilidade de se utilizar como pagamento prejuízo fiscal acumulado.

Em 31 de dezembro de 2017, os Consórcios totalizaram R\$90.780 mil, um aumento de 37,37% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$66.085 mil, em razão da retomada de investimentos nos consórcios por parte das consorciadas.

Em 31 de dezembro de 2017, as Provisões para Demandas Judiciais totalizaram R\$43.566 mil, uma redução de 49,67% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$86.555 mil, em razão de da desistência de processos tributários para inclusão em parcelamentos.

Em 31 de dezembro de 2017, as Subvenções PAC totalizaram R\$92.337 mil, uma redução de 61,82% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$241.843 mil, em razão de da elevação dos bens adquiridos ou contruídos com Recursos Federais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Subdelegação totalizou R\$340.589 mil, um aumento de 44,32% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$235.989 mil, em razão da elevação dos ativos vinculados a subdelegação e investimentos.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Líquido totalizou R\$2.561.725 mil, um aumento de 14,83% em comparação a 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$2.230.954 mil. Tal variação decorre da redução do prejuízo acumulado e também da alteração no capital social no período, já que houve integralização por parte do Estado de Goiás em abril de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, os Prejuízos Acumulados foram zerados. Em 31 de dezembro de 2016 havia saldo de R\$372.452 mil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 31 de dezembro de 2019 E 31 de dezembro de 2018

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	466.247	274.469	69,87%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades de Investimentos	(188.098)	(268.309)	(29,90%)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas Atividades de Financiamentos	(152.539)	(40.751)	(274,32%)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	125.610	(34.591)	463,13%

Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de 69,87% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passando de um caixa líquido aplicado de R\$274.469 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$466.247 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do aumento do lucro líquido do período em quase 186,92%, decorrente da redução dos parcelamentos e da variação do saldo de despesas antecipadas da Companhia.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos apresentou uma variação de (29,90%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passando de um caixa líquido aplicado de R\$(268.309) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$(188.098) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude da efetivação do Programa de Investimentos da Companhia, o qual, por meio da realização das obras previstas, possibilitou uma redução das aquisições no ativo intangível da Companhia, conforme cronograma estipulado.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma variação de (274,32%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passando de um caixa líquido aplicado de R\$(40.751) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$(152.539) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão da elevação da geração de caixa da Companhia, decorrente da 6ª emissão das debêntures em setembro de 2019, aplicação do CPC 06(R1) – Arrendamentos Mercantis e constituição dos Dividendos obrigatórios pelos resultados obtidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	AH (%)
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	274.469	357.113	(23,14%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades de Investimentos	(268.309)	(115.506)	132,29%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas Atividades de Financiamentos	(40.751)	(200.056)	(79,63%)
Aumento (redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.591)	41.551	(183,25%)

Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de (23,14%)no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de um caixa líquido gerado de R\$357.113 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido gerado de R\$274.469 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão da redução dos custos operacionais da Companhia, decorrentes da reavaliação das necessidades e modernização dos procedimentos operacionais da Companhia, e pela aplicação, de forma mais objetiva, dos recursos auferidos, incluindo gastos com empregados e serviços, principalmente os grandes contratos celebrados pela Companhia.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos apresentou uma variação de 132,29%no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de um caixa líquido aplicado de R\$115.506 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido aplicado de R\$268.309mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, principalmente, por uma maior aplicação de caixa em razão dos seguintes fatores: Aquisição no Imobilizado, por meio da realização de investimentos em obras, e Aquisição no Intangível, referentes a realização de investimentos no ativo imobilizado, a qual possibilitou que a Companhia pudesse arcar com as variações ocorridas no circulante e para pagamento nas atividades de investimento.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma variação de (79,63%)no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de um caixa líquido aplicado de R\$200.056mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido aplicado de R\$40.751mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, essencialmente pela ausência de novas integralizações no capital social da Companhia, comparado com o ano que 2017 em que houve uma integralização no valor de R\$ 65.037 mil, bem como, em

decorrência da adequação do fluxo de caixa da Companhia, adicionado a uma maior geração de caixa em razão dos seguintes fatores: Financiamentos e Empréstimos Captados no valor de R\$365.314 mil, perfazendo um aumento de R\$ 106.004 mil quando comparado com o ano de 2017 que foi de R\$259.310 mil, redução de R\$55.709 mil nos pagamentos de Encargos Financeiros sobre captação de Recursos no valor de R\$98.118 em 2018 comparado com o ano de 2017 que foi R\$153.824, e por fim no ano de 2018 não foram realizadas novas reservas de pagamentos em Títulos e Valores Mobiliários – FDIC, pois as condições contratuais de garantias que exigiam essa reserva de amortização atrelada à dívida do FIDC foram integralmente cumpridas no ano de 2017 onde houve um incremento de R\$28.999 mil destinados a tal reserva.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	357.113	459.071	(22,21%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades de Investimentos	(115.506)	(258.140)	(55,25%)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas Atividades de Financiamentos	(200.056)	(210.523)	(4,97%)
Aumento (redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	41.551	(9.592)	(533,18%)

Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de (22,21%)no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de um caixa líquido gerado de R\$459.071 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um caixa líquido gerado de R\$357.113 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação ocorreu, principalmente, pela mudança da gestão na Companhia, revisão de contratos e aquisições de serviços, principalmente grandes contratos, e que reduziram os recursos utilizados para pagamento de fornecedores.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos apresentou uma variação de (55,25%)no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de um caixa líquido aplicado de R\$258.140 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um caixa líquido aplicado de R\$115.506 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação ocorreu, principalmente, por uma menor aplicação de caixa em razão de Aquisição no Intangível, em virtude da diminuição, pela Companhia, dos investimentos em obras, a qual possibilitou que a Companhia pudesse arcar com as variações ocorridas no circulante e para pagamento nas atividades de investimento.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma variação de (4,97%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de um caixa líquido aplicado de R\$210.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um caixa líquido gerado de R\$200.056 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação ocorreu, em virtude de um consumo dos caixas e equivalentes em Títulos e Valores Mobiliários – FDIC no valor de R\$28.999 no ano de 2017, integralização de capital por parte do Estado de Goiás no valor de R\$65.037 mil, adicionado a um aumento de R\$25.384 mil nas captações de novos recursos em 2017 (R\$ 259.310 mil) quando comparado ao valor captado em 2016 que foi de R\$230.926 mil.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) *Descrição de quaisquer componentes importantes dareceita*

As receitas da companhia são basicamente oriundas da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e cuja base de clientes é concentrada na categoria residencial, que utiliza esses serviços para as atividades essenciais, não estando, portanto, sujeitas a variações de consumo associadas à variação na renda, no preço, entreoutros.

No período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.246. bilhões, sendo que desse total, R\$ 1.490.630 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 744.685 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve um aumento de 7,97% na receita operacional líquida da Companhia comparado com período de nove findo em 31 de dezembro de 2018, principalmente pelo incremento de 2,84% em ligações de água, 6,76% em ligações de esgoto além do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2019 no percentual de 5,79%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.080.717 milhões, sendo que desse total, R\$ 1.460.133 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 608.919 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 8,23% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente pelo incremento de 2,7% em ligações de água, 6,43% em ligações de esgoto além do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2018 no percentual de 3,37%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 1.994.983 milhões, sendo que desse total, R\$1.425.519 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$558.919 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 8,28% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente pelo incremento de 3,5% em ligações de água, 6,3% em ligações de esgoto além do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2017 no percentual de 6,27%.

Para mais informações sobre a receita operacional líquida da Companhia, vide o item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(ii) *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

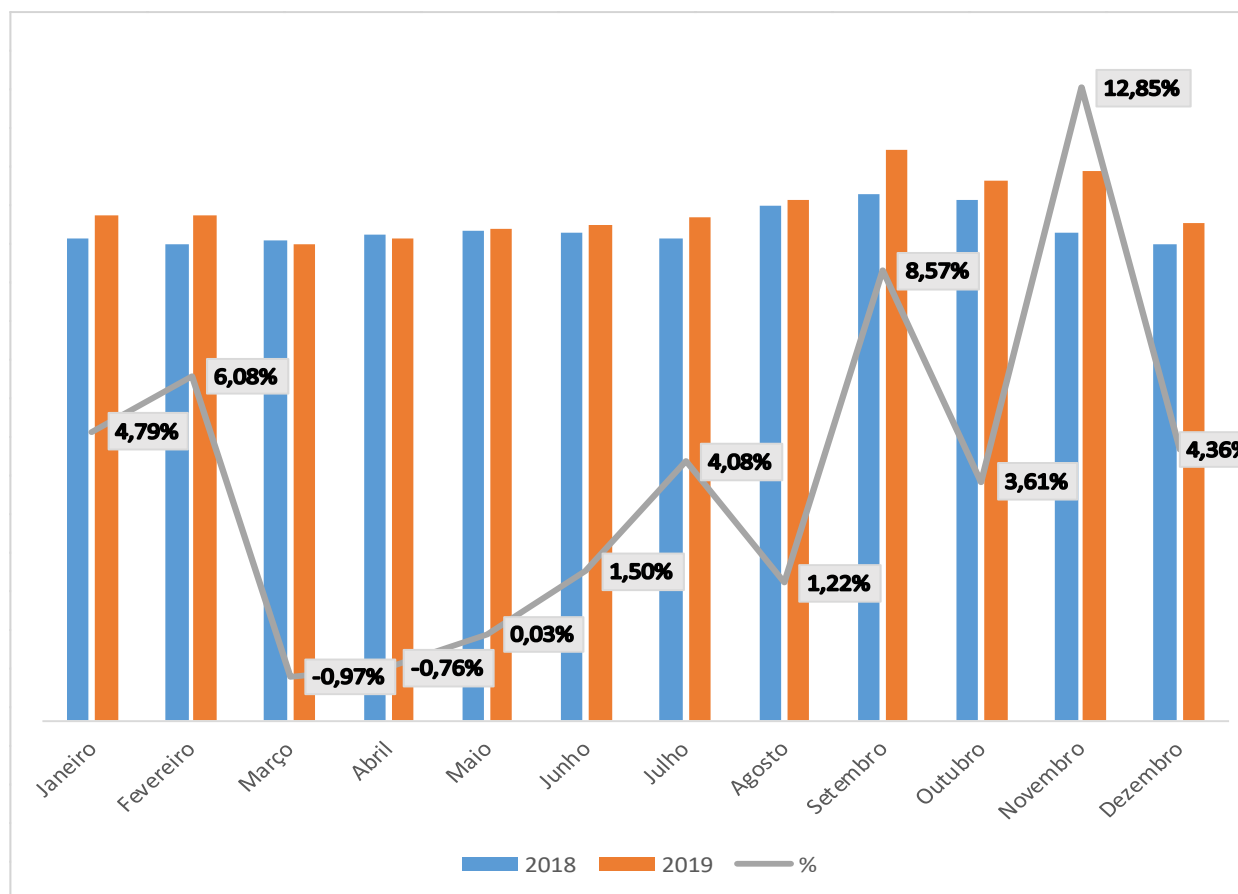
As receitas da Companhia são materialmente afetadas por quatro variáveis endógenas:

- Variação no consumo;
- Reajustes tarifários e revisões tarifárias;
- Incremento de novas economias de água e esgotamento sanitário, bem como da expansão dos sistemas já existentes; e
- Alterações na política tributária do país, referentes às contribuições sociais COFINS e PIS/PASEP afetam diretamente as receitas.

Variação no Consumo

O volume demandado pelos clientes da companhia costuma variar principalmente devido à sazonalidade climática do Estado, em virtude do seu clima predominante tropical semiúmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa (entre outubro e abril) e uma seca (de maio a setembro). O gráfico 1 apresenta a sazonalidade do volume faturado durante os meses dos anos.

Gráfico 1 – Sazonalidade do volume faturado (2018/2019)



Fonte: Informações Gerenciais – MIG112

Reajustes e Revisões Tarifárias

De acordo com a legislação vigente, existem 3 (três) mecanismos distintos para ajuste das tarifas praticadas pela Companhia: (i) o Reajuste Tarifário; (ii) a Revisão Tarifária Ordinária/Periódica; (iii) a Revisão Tarifária Extraordinária. Estes processos podem resultar no aumento ou na diminuição das tarifas praticadas pela Companhia.

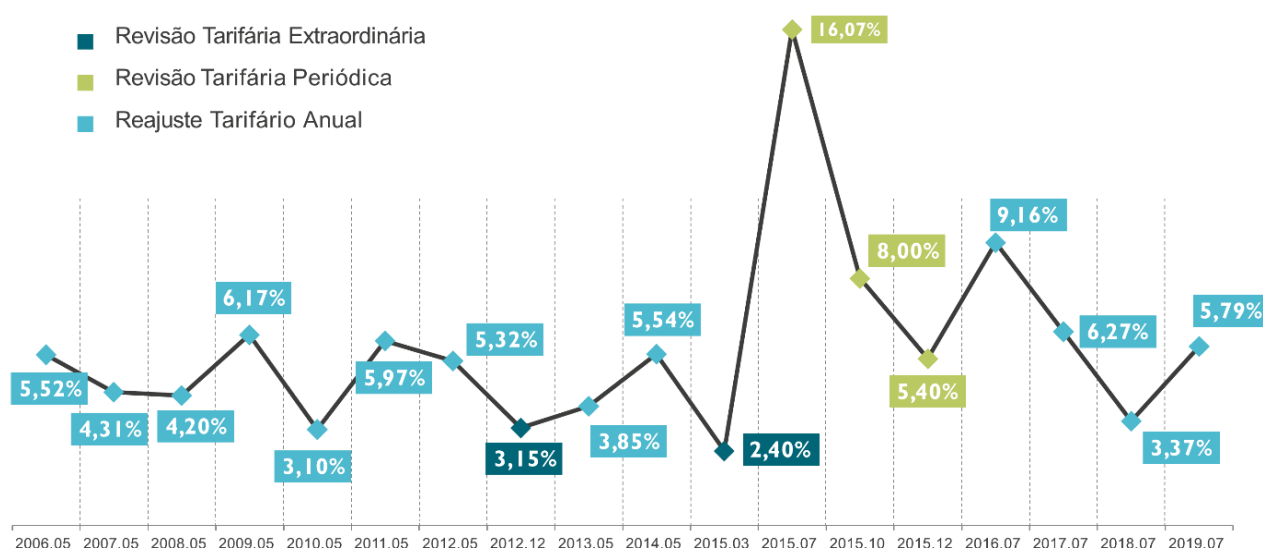
1) Reajuste Tarifário: visa manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão frente ao efeito inflacionário que incidiu sobre os custos da Companhia no exercício financeiro anterior. O Marco Regulatório Estadual para o setor de saneamento básico (Lei nº 14.939/2004) estabelece que os reajustes têm como finalidade preservar os valores monetários da tarifa, podendo ser aplicados somente nos períodos entre revisões tarifárias (art. 62).

Atualmente, a realização do reajuste tarifário ocorre anualmente, e em caso de divergências, do ponto de vista técnico, referido reajuste poderá ser objeto de discussão com a agência reguladora responsável.

2) Revisão Tarifária Ordinária: o processo de revisão ordinária tem periodicidade pré-definida pela legislação aplicável. No caso do Estado de Goiás, o Marco Regulatório Estadual para o setor de saneamento básico (Lei nº 14.939/2004) dispõe que a revisão ordinária deve ser realizada a cada 4 (quatro) anos, de modo a calcular a tarifa média máxima que deve ser aplicada pela Companhia no ciclo subsequente. Atualmente, a Companhia encontra-se em tratativas com a AGR, visando a prorrogação da revisão tarifária ordinária para o exercício social de 2021, em virtude da Companhia estar contratando empresa para levantamento da Base de Ativos Regulatórios (BAR) e nova metodologia de cálculo.

3) Revisão Tarifária Extraordinária: o processo de revisão extraordinária pode ser solicitado pela concessionária e/ou pelo Poder Concedente, a qualquer tempo, nos casos em que algum evento provoque o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Gráfico 2 – Gráfico dos Reajustes e Revisão Tarifária - Histórico entre 2006 e 2019



Fonte: Agência Goiana de Regulação (AGR)

Para outras informações acerca dos procedimentos de reajuste e revisão tarifária, favor verificar o item 7.5 do Formulário de Referência.

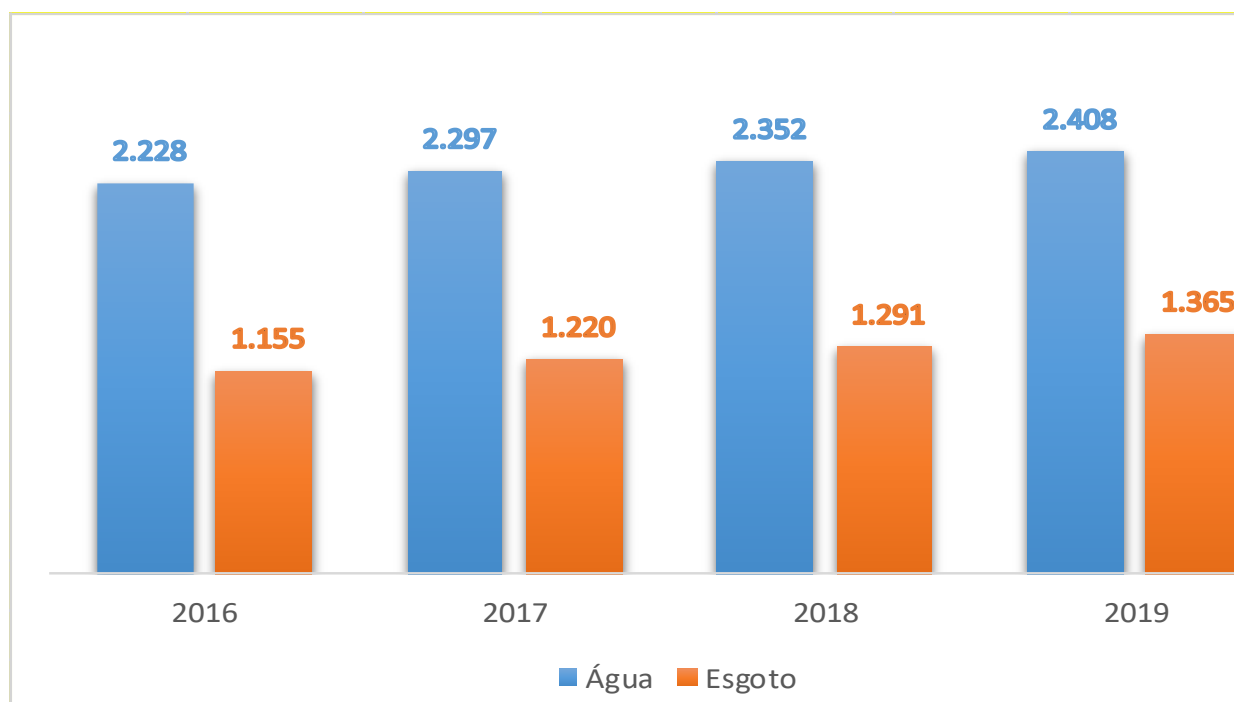
Incremento de novas ligações de água e esgotamento sanitário

O crescimento do volume faturado depende da expansão da empresa, não só em localidades já operadas, mas também em novas concessões de água e esgotamento sanitário, o crescimento do número de ligações, seja em função de crescimento vegetativo e da ampliação do índice de cobertura, decorrente das ampliações e entradas em

operações de novos sistemas.

O gráfico 3 demonstra a evolução do nº de economias de água e esgoto entre os anos de 2016 e o período findo em 31 de dezembro de 2019.

Gráfico 03 – Evolução nº de Economias de Água e Esgoto



Fonte: Informações Gerenciais

Alterações na Política Tributária

Atualmente a Companhia recolhe uma alíquota de 9,25% sobre a receita bruta da prestação dos serviços, sendo 1,65% de PIS/Pasep e 7,6% de COFINS, conforme previsto nas leis 10.637/02 e 10.833/03, as quais incidem sobre as empresas cujo regime tributário é o não cumulativo. Não obstante, a Companhia informa que não goza de nenhum benefício tributário.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional líquida da Companhia é impactada principalmente pelos itens descritos no item (a) acima.

As operações são restritas ao mercado interno e conseqüentemente não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida, apenas no endividamento, em função da Companhia ter uma única dívida contratada em dólar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a qual é amortizada semestralmente, nos meses de abril e outubro, e ajustada pela taxa de câmbio da época.

Além disso, os reajustes aplicados nos últimos anos foram superiores à inflação verificada nos mesmos períodos. A

tabela a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a três índices de inflação.

Indexadores	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
IPCA	4,30%	3,75%	2,95%
IGP-M	7,32%	7,54%	-0,52%
IPC-FIPE	4,39%	3,02%	2,27%
Reajuste Tarifário	5,79%	3,37%	6,27%

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os resultados operacional e financeiro da companhia podem ser impactados por variações de preços, taxas de juros e câmbio. Nesse contexto em primeiro lugar, destacamos os insumos de maior relevância na apuração do resultado operacional da companhia que consequentemente são os que exercem maior impacto quando ocorre variações em seus preços

(i) Impacto da inflação e variações de preços na Receita Operacional

1) Custos e Despesas com Pessoal: Nesse íterim destacamos o insumo mão de obra, representado nas demonstrações de resultado como custos e despesas de pessoal e que representa em média 44,6% da receita total líquida da companhia. O insumo supracitado é impactado pela variação do INPC (Índice Nacional de preços ao Consumidor) tendo em vista que as reposições salariais são realizadas anualmente através de realização de acordo coletivos com a aplicação do referido índice. Vale ressaltar que os reajustes não têm caráter discricionário, são objeto de negociações entre companhia e Sindicato.

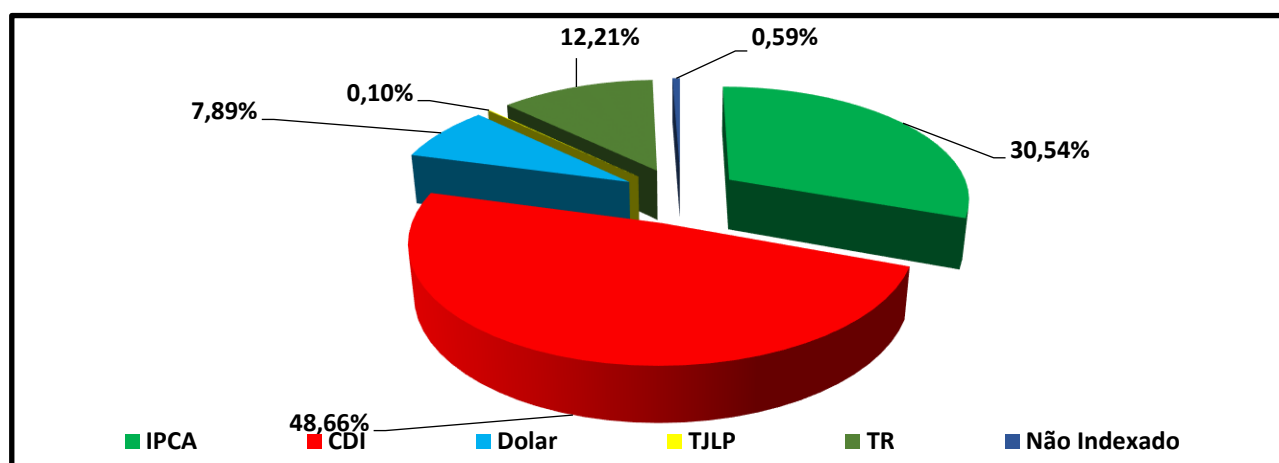
2) Energia Elétrica: Outro insumo de relevância e que tem impacto direto na Receita Operacional da companhia é a energia elétrica. A companhia utiliza o insumo na operação e distribuição de água para as cidades operadas. O insumo energia elétrica representa em média 10% da receita total da companhia, e seus reajustes são aplicados anualmente pela concessionária elétrica do estado de Goiás historicamente no mês de setembro. Dessa forma, alterações significativas no insumo energia elétrica pode afetar diretamente o resultado operacional da companhia.

3) Serviços de Terceiros: Os serviços de terceiros da companhia compreendem os fornecedores de insumos utilizados na produção de água e tratamento de esgotos, prestadores de serviços terceirizados como segurança, leitura e limpeza basicamente. O insumo serviços de terceiros representam em média 8,55% da receita total da Companhia. Os contratos relacionados aos serviços de terceiros podem ser atualizados com base nos índices de preços praticados em cada setor como (IGPM, INPC, IPCA). Dessa forma, alterações significativas nos índices de preços podem afetar diretamente o resultado operacional da companhia.

(ii) Impacto das Taxas de Juros e Câmbio na Receita Financeira da companhia

1) Risco de Taxa de Juros: As oscilações nas taxas de juros afetam diretamente as despesas pagas com encargos do serviço da dívida. Conforme pode observar no gráfico abaixo, 46,66% da dívida financeira da companhia está indexada em CDI que tem como lastro a taxa referencial SELIC. Nesse contexto as variações na SELIC impactam diretamente no custo do serviço da dívida com reflexo direto no resultado financeiro da companhia.

Gráfico 04 - Exposição da dívida da companhia



Fonte: Gerência de Operações Financeiras (R-GOP)

2) Risco de Taxa de Câmbio: Em relação ao risco cambial a Companhia está exposta em decorrência do real frente ao dólar dos Estados Unidos. Este decorre de operações de empréstimos e financiamentos registrados no circulante e não circulante com operações no exterior que representa atualmente 7,89% da dívida financeira total da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

No caso de desvalorização/ valorização do real incorrerá em Receita/Despesa financeira com relação a tal dívida. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “Swap” fazendo, no entanto, uma gestão ativa da dívida e buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira, priorizando assunção de novas dívidas junto ao mercado doméstico. No tocante a gestão de riscos, houve em abril de 2019 a criação de comitê permanente de gestão de riscos financeiro e aplicação de recursos. Com uma política de gerenciamento de riscos financeiros cujo objetivo é o estabelecimento de diretrizes, atribuições e procedimentos a serem adotados pela Companhia na execução das atividades que impliquem em riscos financeiros e gestão de aplicações de recursos. Cabe destacar que nessa política são tratadas as exposições ao risco cambial, de taxa de juros e liquidez.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, visto que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

1. mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2019:

a. CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil:

Por meio da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, o qual substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia passou a estabelecer os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor.

Transição para o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, uma vez que requer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

De modo a implementar a adoção do referido CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, sendo o montante referente ao Ativo de Direito de Uso igual ao Passivo de Arrendamento, sem o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1 de janeiro de 2019 foi de 8,10%.

b. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) consiste no direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras. Anteriormente, à sua implementação, referidos valores eram registrados dentro do grupo Intangível.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2019:

A partir de um novo estudo realizado no ano de 2019 por empresa qualificada contratada pela Companhia, a vida útil econômica dos bens foi revisada com o objetivo de atender as determinações da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 27 e também para realizar uma adequada gestão do ativo imobilizado. Para tanto, houve análise documental dos laudos anteriores, vistorias dos grupos de ativos imobilizados, entrevistas com os responsáveis técnicos das áreas, análise de normas e referências disponíveis, além da análise da empresa habilitada responsável pelo estudo.

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2018:

Não aplicável, uma vez que no encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houveram quaisquer alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2017:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, houveram as seguintes alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia:

- Provisão para perdas de estoque – conforme a política adotada são provisionados os itens que não tiveram movimentação nos últimos doze meses; e
- Provisão para perdas de obras – as obras paralisadas e cuja retomada e conclusão (geração de caixa) não tem previsão (sem data definida) passaram a ser provisionadas para perdas.

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2016:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, houveram as seguintes alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia:

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa – a provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes de órgãos estaduais foi alterada para acima de 60 dias, e para os demais clientes públicos para 90 dias. A alteração se deu com base no histórico de recebimento, calculado o prazo médio de recebimento dos últimos 03 anos;
- Ativo Financeiro – Conforme política, de acordo com estudos realizados pela Companhia durante o exercício de 2016, pelo histórico de renovação dos contratos de concessão e a não perspectiva de eventuais indenizações futuras, os investimentos ainda não amortizados (ativo financeiro) retornaram para o intangível;
- Subdelegação - De acordo com a política contábil, há o reconhecimento no Ativo dos valores a receber da outorga proporcionalmente ao tempo do contrato e devidamente atualizados, e no Passivo o reconhecimento se dá pelo montante líquido dos investimentos realizados pela subdelegatária e que devem ser indenizados em caso de rompimento do contrato; e
- Ganhos Atuariais - Quando o valor líquido da obrigação for negativo é permitido o reconhecimento de um ativo, se e, somente se, este ativo seja recuperável por reembolsos provenientes do plano ou redução das contribuições futuras. Como a Companhia não espera reembolsos e nem tem intenção de reduzir as contribuições, os ganhos não são registrados.

2. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2019:

a. CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019 e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2018 podem ser reconciliados da seguinte forma:

Contratos - Veículos	Pagamentos futuros	Impacto da taxa de desconto	Direito de uso de ativos	Passivo de arrendamento
1557/2017	6.269	(542)	5.727	5.727
97/2018	11.904	(1.166)	10.738	10.738
104/2018	1.089	(107)	982	982
119/2018	10.636	(1.079)	9.557	9.557
273/2018	12.833	(1.321)	11.512	11.512
309/2018	21.399	(2.151)	19.248	19.248
Total	64.130	(6.366)	57.764	57.764

Em 31 de dezembro de 2019, os efeitos estão apresentados abaixo:

	<u>Efeitos das normas</u>
Ativo	
Não Circulante	
Direito de Uso	<u>46.361</u>
Passivo	
Circulante	
Empréstimos e Financiamentos	<u>13.150</u>
Passivo	
Não Circulante	
Empréstimos e Financiamentos	<u>32.621</u>
Despesas	
Depreciação	11.403
Despesa financeira	103
Total	<u>11.506</u>

b. Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2019, os efeitos estão apresentados abaixo:

Ativos de Contratos	Saldo em 31/12/2018	Adição	Movimento Período	Transf. P/ Imob.	Saldo em 31/12/2019
Sistema de Água	194.447	26.014	-	(607)	219.854
Sistema de Esgoto	354.258	55.856	-	(35.477)	374.637
Estoque de Obras	19.623	-	16.428	-	36.051

	568.328	81.870	16.428	(36.084)	630.542
--	----------------	---------------	---------------	-----------------	----------------

Efeitos das normas

Ativo

Não Circulante

Ativo de Contrato

630.542

Intangível

(630.542)

3. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houveram, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, bem como nas informações intermediárias do período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2019, quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

Reapresentações das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº9, às informações contábeis intermediárias, a qual descreve que a Companhia aprimorou seus controles de estoques e efetuou os seus respectivos ajustes contábeis em 31 de dezembro de 2018. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 às informações contábeis intermediárias, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erros decorrente de ajuste na rubrica de estoques, decorrentes dos ajustes de estoques. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: em função da melhoria contínua dos processos e controles internos, e considerando a relevância dos valores apurados, foi necessário a reapresentação trazendo o efeito para cada período. A reapresentação foi realizada seguindo as normas brasileiras de contabilidade.

Operação Decantação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº39, que divulgam os eventos e as medidas tomadas pela Companhia decorrentes da operação “Decantação” da Polícia Federal e Ministério Público Federal, bem como os ajustes contábeis consignados nas demonstrações contábeis decorrentes da conclusão do relatório de auditoria forense, contratada para este fim. O processo judicial se encontra em andamento, e em fase de recebimento da denúncia ofertada pelo MPF. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: diante do relatório apresentado pela auditoria forense, a administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados e consequentemente, a reapresentação das Demonstrações Contábeis.

No relatório dos auditores referente ao exercício de 2018 não há ressalvas, e a ênfase está transcrita abaixo com respectivo comentário:

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5 às demonstrações contábeis, o qual descreve que a Companhia após a conclusão dos trabalhos da auditoria forense e conclusão do aprimoramento e adequação do seu processo de

controles de estoques, procedeu os respectivos ajustes retrospectivamente para refletir correção de erros decorrentes de ajustes nas rubricas de Estoques, Tributos diferidos e Intangível. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: em função da melhoria contínua dos processos e controles internos, e considerando a relevância dos valores apurados, foi necessário a reapresentação trazendo o efeito para cada período. A reapresentação foi realizada seguindo as normas brasileiras de contabilidade.

No relatório dos auditores referente ao exercício de 2017 não há ressalvas, e a ênfase está transcrita abaixo com respectivo comentário:

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5 às demonstrações contábeis, a qual descreve que a Companhia após a conclusão dos trabalhos da auditoria forense e conclusão do aprimoramento e adequação do seu processo de controles de estoques, procedeu os respectivos ajustes retrospectivamente para refletir correção de erros decorrentes de ajustes nas rubricas de Estoques, Tributos diferidos e Intangível. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: em função da melhoria contínua dos processos e controles internos, e considerando a relevância dos valores apurados, foi necessário a reapresentação trazendo o efeito para cada período. A reapresentação foi realizada seguindo as normas brasileiras de contabilidade.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Estoque - Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de obras, são avaliados ao custo médio de aquisição, não superam o valor realizável e estão classificados no ativo circulante, deduzido das provisões para perdas. A provisão para perdas em estoque é constituída com base na política interna da Companhia, sendo provisionado em função da falta de movimentação, ou seja, os itens que estão sem consumo nos últimos 12 meses serão automaticamente classificados com obsoletos.

Imobilizado - A partir de um novo estudo realizado no ano de 2019 por empresa qualificada contratada pela Companhia, a vida útil econômica dos bens foi revisada com o objetivo de atender as determinações da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 27 e também para realizar uma adequada gestão do ativo imobilizado. Para tanto, houve análise documental dos laudos anteriores, vistorias dos grupos de ativos imobilizados, entrevistas com os responsáveis técnicos das áreas, análise de normas e referências disponíveis, além da análise da empresa habilitada responsável pelo estudo.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – é provisionada para todos os usuários particulares e públicos com saldos vencidos há mais de 90 dias e para órgãos públicos estaduais com vencimento acima de 60 dias, bem como para os demais créditos vencidos e a vencer dos mesmos usuários. Para a estimativa dos valores a faturar foi feita a proporção e reconhecida a provisão. Esses prazos foram calculados com base no prazo médio de recebimento dos últimos três anos, onde se apurou que os clientes possuem prazo diferenciado, os quais foram tratados nas provisões.

Tributos Diferidos - Os tributos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias (provisões para créditos de liquidação duvidosa, contingências, obsolescência de estoques, prejuízo fiscal e demais perdas provisionadas) utilizando as mesmas alíquotas dos tributos correntes. São reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Provisões para demandas judiciais - constituídas através de estimativa confiável do montante da obrigação, são relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, comerciais e tributárias, nas instâncias administrativas e judiciais. São reconhecidas em razão da obrigação legal ou não formalizada presente, como consequência de um evento passado, podendo ser provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.

Classificar uma demanda judicial e/ou administrativa é o ato privativo do(a) Advogado(a) responsável pela mesma, pelo qual se busca, nas causas em que a Saneago figure no polo passivo, fazer uma estimativa de perda, classificando essa probabilidade como REMOTA, POSSÍVEL ou PROVÁVEL. Os parâmetros definidos para classificação são:

- a) Ausência dos pressupostos processuais negativos (coisa julgada, litispendência, perempção e compromisso arbitral);
- b) Presença dos pressupostos processuais positivos (capacidade de ser parte, capacidade para estar em juízo, capacidade postulatória, petição inicial regular, citação válida, competência e imparcialidade do juízo);
- c) Se o(a) Autor(a) da demanda já não teve sua pretensão prescrita ou se não decaiu de seu direito;
- d) Se em causas semelhantes propostas em face da Saneago houve êxito da estatal em primeiro grau;
- e) Se em causas semelhantes propostas em face da Saneago houve êxito da estatal em segundo grau com trânsito em julgado;
- f) Pesquisa de julgados em casos semelhantes, inclusive provenientes de outras unidades federativas, bem como de Tribunais Superiores;
- g) Análise dos subsídios técnicos enviados ao (à) Advogado(a) responsável pela demanda, no sentido de verificar se os mesmos corroboram, ou não, a tese defendida pelo(a) Autor(a) do processo;
- h) Outros fatores que possam influenciar no desfecho do processo e que não foram especificados nas letras anteriores.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balancesheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(b) natureza e o propósito da operação

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

ITEM II**Proposta para a Destinação do Resultado do Exercício de 2019.**

A Administração da Companhia propõe, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na Política de Distribuição de Dividendos, a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício social de 2019 (em milhões de reais).

Demonstrativo da Proposta para Destinação dos Lucros Acumulados do Exercício de 2019 e para Participação nos Resultados (Em milhares de Reais)

Lucro Operacional de 2019	334.084
Participação dos Empregados no Lucro Apurado em 2019 (I)	(27.632)
Efeito Tributário sobre a Participação dos Empregados	9.279
Lucro Líquido do Exercício 2019	315.731
Prejuízos Acumulados até 2019	-
Realização do Custo Atribuído 2019	24
Lucro a Distribuir	315.755
Reserva Legal 5% (II)	(15.788)
Lucro a Distribuir antes do dividendo	299.967
Dividendos Obrigatórios 25% (III)	(74.992)
Reserva Para Plano de Investimentos (IV)	224.975

(I) Participação dos Empregados no Lucro Apurado em 2019

A Lei nº 10.101, de 19/12/2000, estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República.

Alinhada com a acima Lei nº 101.101/2000, o artigo 75 do Estatuto Social apresenta que o lucro apurado em cada exercício social, depois de adotadas todas as providências legais e observado o disposto no artigo 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser destinado, em parte, para gratificar os membros da Diretoria e empregados, observada a ordem mencionada no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta a ser encaminhada pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia propõe a distribuição, referente à participação nos resultados, no montante de **R\$ 27.632**, a serem pagos aos seus empregados.

(II) Reserva Legal

Apurado o lucro líquido do exercício, com a observância de todas as disposições legais, dele será destacada parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até que se atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social. Fica constituído o montante de **R\$ 15.788** como reserva legal. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

(III) Dividendos Obrigatórios

Conforme previsto no Estatuto Social, em seu artigo 74, e na Política de Distribuição de Dividendos - PL06.0001, apurados os lucros, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos aos acionistas, sendo em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais.

Os dividendos propostos após apurados os lucros e realizados os ajustes é **R\$ 74.992**. A remuneração aos acionistas, por ação, será de 0,0298114219.

A forma de cálculo em relação aos dividendos obrigatórios está prevista no art. 9º, inciso I do Estatuto Social, descrito que o recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, desta forma a destinação dos dividendos por ação será:

Ações Ordinárias: 0,0291127060

Ações Preferências: 0,0327925641

A Administração informa que os dividendos obrigatórios serão pagos integralmente e terão como base de cálculo a posição acionária de 31 de dezembro de 2019.

(IV) Reserva Para Plano de Investimentos

Conforme previsto no Artigo 73, inciso II, do Estatuto Social, após a dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, do lucro líquido destinamos a constituição de uma reserva para investimentos. A Administração propõe, a destinação do montante de **R\$ 224.975** dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia.

A seguir, no ANEXO II, apresentamos a Destinação do Lucro Líquido conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliário – CVM nº 481, de 17.12.2009 (Anexo 9-1-II)

ANEXO II
Destinação do Lucro Líquido

Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009
(Anexo 9-1-II)

Os números informados no Anexo 9-I-II, exceto quando expressamente indicados de outra forma, estão apresentados milhares de reais.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019 foi de R\$ 315.731

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

(i) Montante global distribuído à conta de dividendos: R\$ 74.992;

(ii) Valor dos dividendos de 2019 por ação: 0,0298114219

(iii) Valor dos juros sobre o capital próprio em 2019: não há registro de valores;

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A distribuição de dividendos do exercício de 2019 corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, e conforme Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos vigente.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos / juros sobre capital próprio distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica, pois não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Valor/Ação	Valor (R\$)
Ordinárias	0,0291127060	53.721
Preferência	0,0327925641	21.271
Total		74.992

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Diante do atual cenário atual de Pandemia ocasionada pelo COVID-19 e considerando os termos do Art. 205, §3, da Lei 6.404/76:

“§ 3º O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembleia-geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.”

A Administração propõe à AGO que autorize o Conselho de Administração a definir data futura para o pagamento dos Dividendos, dentro do exercício social em curso. A data será definida pelo próprio Conselho de Administração, com base na evolução do cenário.

A proposição se dá em razão da necessidade de preservação da liquidez financeira em face da Pandemia de COVID-19, principalmente nos próximos 6 (seis) meses, período que se espera que o ciclo da doença esteja melhor controlado.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização nem juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento será 29.04.2020, data da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, pois não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, pois não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro e Lucro por ação	2018	2017	2016
Lucro (prejuízo)	110.042	251.022	99.514
Lucro (prejuízo) por ação (R\$,00)	0,04374	0,09979	0,03956

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos / JCP	2018	2017	2016
Valor Bruto	26.281	2.551	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Valor a ser destinado para compor a Reserva Legal: R\$15.788.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A parcela do lucro líquido destinado à constituição da reserva legal é calculada de acordo com o disposto no artigo 193 da Lei das S.A., ou seja, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até que atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social.

c) Identificar o montante destinado à reserva de incentivo fiscal

Não houve constituição de reservas dessa natureza no exercício de 2019.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia, sendo em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais.

As ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do § 1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Serão pagos R\$ 21.271 de dividendos relativo às ações preferenciais em circulação.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferencias e será pago um valor de R\$ 0,032792564 por ação preferencial.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, deve ser distribuído como dividendos mínimos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social, prevê na seção III, art. 65:

SEÇÃO III – Reservas

Art. 65. Constituem Reservas da Saneago:

I - Reserva Legal - Apurado o lucro líquido do exercício, com a observância de todas as disposições legais, dele será destacada parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal de que trata o art.193 da Lei de Sociedades por Ações, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social; e

II - Reserva para Investimentos – Após atendidas as disposições do item anterior e da obrigação estabelecida por este instrumento, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva para investimentos, cujo saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, incorporação ao capital social, desde que seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, e de lucros a realizar, não seja superior ao capital social.

b) Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado a reserva de investimento é de R\$ 224.975

c) Descrever como o montante foi calculado

O montante destinado à reserva de investimentos corresponde ao saldo do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos, conforme segue:

Demonstrativo da Destinação do Lucro	2019
(+) Lucro do Exercício	315.731
(+) Realização do Custo Atribuído	24
(=) Lucro à Distribuir	315.755
(-) Reserva Legal – 5%	(15.788)
(-) Dividendos Obrigatórios – 25%	(74.992)
(=) Reserva para Plano de Investimentos	224.975

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital
a) Identificar o montante da retenção

A Administração propõe a destinação de R\$224.975 para compor a reserva para investimentos.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 401, em 18.12.2019, e divulgado como Fato Relevante na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 20.12.2019, o Planejamento Estratégico para o período de 2020 à 2024.

Sistema		2020	2021	2022	2023	2024	Total
SAA	Infraestrutura	164.972	438.217	700.228	473.306	447.388	2.224.111
	Expansão	61.724	111.783	213.923	104.325	12.116	503.870
	Sub Total	226.696	550.000	914.152	577.630	459.504	2.727.982
SES	Infraestrutura	60.193	78.681	31.351	8.559	27.931	206.715
	Expansão	323.079	206.180	221.218	273.479	272.135	1.296.091
	Sub Total	383.271	284.861	252.570	282.037	300.066	1.502.806
Outras Inversões		75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	375.000
Total Geral		684.968	909.861	1.241.721	934.668	834.569	4.605.787

Os investimentos no Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) objetivam a universalização do sistema de abastecimento de água e a ampliação da coleta e tratamento de esgoto. Elevando o índice de atendimento e garantindo a perpetuidade do negócio.

Os investimentos previstos para 2020 pela Saneago totalizam R\$ 684.968 e poderão ser revisados de acordo com o comportamento das questões macroeconômicas e da execução do Planejamento Estratégico, no decorrer do exercício.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais
a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

ITEM III

Eleição de membros do Conselho Fiscal

A eleição dos membros do Conselho Fiscal, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, será aprovada no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, quando for o caso.

Para compor o Conselho Fiscal da Companhia, o acionista controlador indica a recondução dos Srs. Antônio Carlos de Souza Lima Neto, Pedro Henrique Ramos Sales e Levi de Alvarenga Rocha.

Os candidatos apresentaram as informações necessárias à avaliação de seus perfis para o cargo de Conselheiro Fiscal. O processo de indicação dos candidatos está em análise pelo Comitê de Elegibilidade, cujo parecer final será encaminhado aos acionistas com a devida antecedência à data da Assembleia Geral.

A seguir, no Anexo III, constam as informações relativas aos indicados para membros do Conselho Fiscal, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481/09).

ANEXO III

Informações sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal – itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

12.5.1 Em relação a cada um dos administradores do emissor, indicar, em forma de tabela:

(a) Nome	(b) Data de nascimento	(c) Profissão	(d) CPF	(e) Cargo eletivo ocupado	(f) Data de eleição
(g) Data de posse	(h) Prazo do mandato	(i) Outros cargo ou funções exercidas no emissor	(j) Indicado pelo controlador	(k) Membro independente / critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	(l) Número de mandatos consecutivos
(m) Informações sobre: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: 1) nome e setor de atividade da empresa; 2) cargo; 3) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor					
(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial					
(a) Antônio Carlos de Souza Lima Neto	(b) 06/08/1981	(c) Engenheiro Agrônomo	(d) 296.812.918-08	(e) Membro do Conselho Fiscal	(f) 29/04/2020
(g)	(h) Até a AGO de 2021	(i)	(j) Sim	(k) Não	(l) 1
(m) O Sr. Antônio Carlos de Souza Lima Neto é graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa, MBA em Gestão de Negócios, pelo IBMEC e Especialização em Formação de Lideranças, pela Fundação Dom Cabral. Desenvolveu trabalhos nas áreas de agropecuária e educação profissional, assistência técnica e atividade de promoção social, com experiência nestes setores. Destaca-se sua atuação na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás, onde atua como Secretário atualmente.					
(n) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que, nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.					

(a) Nome	(b) Data de nascimento	(c) Profissão	(d) CPF	(e) Cargo eletivo ocupado	(f) Data de eleição
(g) Data de posse	(h) Prazo do mandato	(i) Outros cargo ou funções exercidas no emissor	(j) Indicado pelo controlador	(k) Membro independente / critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	(l) Número de mandatos consecutivos
(m) Informações sobre: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: 1) nome e setor de atividade da empresa; 2) cargo; 3) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor					
(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial					
(a) Levi de Alvarenga Rocha	(b) 07/08/1947	(c) Contador e Advogado	(d) 003.997.871-00	(e) Membro do Conselho Fiscal	(f) 29/04/2020
(g)	(h) Até a AGO de 2021	(i)	(j) Sim	(k) Não	(l) 1
(m) O Sr. Levi de Alvarenga Rocha é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Goiás e em Direito pela Faculdade Anhanguera. Durante sua carreira profissional exerceu a contabilidade, foi Juiz Classista dos empregadores, chefe de prestação de contas dos candidatos do TRE-GO, chefe de fiscalização das estatais no TCE-GO, conselheiro da OAB-GO, diretor tesoureiro da CASAG-GO, conselheiro da CREDIJUR, atualmente é perito da Administradora da Massa Falida CÍRIO BRASIL S/A, titular de escritório de advocacia e perícias contábeis judiciais e extrajudiciais e perito assistente técnico.					
(n) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que, nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.					

(a) Nome	(b) Data de nascimento	(c) Profissão	(d) CPF	(e) Cargo eletivo ocupado	(f) Data de eleição
(g) Data de posse	(h) Prazo do mandato	(i) Outros cargo ou funções exercidas no emissor	(j) Indicado pelo controlador	(k) Membro independente / critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	(l) Número de mandatos consecutivos
(m) Informações sobre: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: 1) nome e setor de atividade da empresa; 2) cargo; 3) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor					
(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial					
(a) Pedro Henrique Ramos Sales	(b) 05/07/1983	(c) Advogado	(d) 002.080.231-51	(e) Membro do Conselho Fiscal	(f) 29/04/2020
(g)	(h) Até a AGO de 2021	(i)	(j) Sim	(k) Não	(l) 1
(m) O Sr. Pedro Henrique Ramos Sales é graduado em Direito pela Universidade UNICEUB, especialista em Direito Tributário e Mestre em Direito Constitucional. Durante sua carreira profissional cargos públicos, é Presidente da GOINFRA, foi assessor técnico de tributação e finanças do Senado Federal, foi assistente de Ministro do STF, analista de carreira e apoio técnico fazendário da Secretaria da Fazenda DF e professor monitor do IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários.					
(n) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que, nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.					

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração/fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participações nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Segue abaixo a tabela com o percentual de participações nas reuniões dos indicados:

CONSELHO FISCAL		
Nome	Reuniões em 2019	Percentual de participação
Pedro Henrique Ramos Sales	9	100%
Levi de Alvarenga Rocha	4	100%
Antônio Carlos de Souza Lima Neto	4	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica, pois não há candidatos a comitês.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, na medida em que os candidatos não atuaram como membros de comitês no último exercício.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Administradores do emissor

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indireta do emissor

Não existem relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o 2º grau entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Controlador direto ou indireto do emissor

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
<u>Administrador do Emissor</u>				
Antônio Carlos de Souza Lima Neto	296.812.918-08	Subordinação	Acionista Controlador	Membro do Conselho Fiscal
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás	32.746.632/0001-95			Secretário

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
<u>Administrador do Emissor</u>				
Pedro Henrique Ramos Sales	002.080.231-51	Subordinação	Acionista Controlador	Membro do Conselho Fiscal
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA	03.520.933/0001-06			Diretor-Presidente

ITEM IV

Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia

Em conformidade com o Art.12, item I da Instrução da CVM 481/09, a Saneago informa que a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no Art. 31, inciso VII, do Estatuto Social.

1. Previsão Estatutária da Remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por 12 (doze) salários mensais, equivalentes a 18% da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia, conforme disposto no artigo 48, do Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo ("Beneficiários"), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, é composta por 12 (doze) salários mensais, fixados pela Assembleia Geral, não inferiores à maior remuneração paga aos empregados da Companhia.

Não obstante, conforme disposto no artigo 52, §5º, do Estatuto Social da Companhia, os Diretores Estatutários perceberão honorários equivalentes ao maior salário-base da companhia, e 95% (noventa e cinco por cento) da maior função gratificada, que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

Ademais, cumpre salientar que, a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, compreende ainda, o recebimento de benefícios, como motorista, abono natalino, auxílio creche e vale alimentação, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado. Ressalta-se que o abono natalino, o auxílio creche e o vale alimentação pagos aos diretores da Companhia são pagos com base nos valores pagos a todos os empregados da Companhia.

Ainda, os membros da Diretoria da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo ("Beneficiários"), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida em conformidade com previsto na Lei das Sociedades por Ações, e com as práticas do mercado.

Conforme disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, igual a 14% da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa, nos termos do artigo 54 do Estatuto Social da Companhia, fixada pelo Conselho de Administração, composta por honorários mensais de seus membros efetivos, equivalente a 18% da média dos honorários atribuídos aos Diretores da Companhia.

2. Proposta de montante global da remuneração

Apresentamos a seguir a proposta para o montante global de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia para o período de abril 2020 a março 2021, no valor de **R\$7.086.446,11** (sete milhões, oitenta seis mil, quatrocentos quarenta seis reais e onze centavos).

	Abr-2019 a Mar-2020	Abr-2020 à Mar-2021 Considerando 3,92% de Aumento
Remuneração para Diretores	4.314.348,84	4.483.471,31
Encargos Sociais	862.869,77	896.694,26
Remuneração Conselho Adm.	776.582,52	807.024,55
Encargos Sociais	155.316,50	161.404,91
Remuneração Conselho Fiscal	258.860,88	269.008,23
Encargos Sociais	51.772,18	53.801,65
Remuneração Comitê Auditoria	332.821,08	345.867,67
Encargos Sociais	66.564,22	69.173,53
Montante Previsto Período	6.819.135,99	7.086.446,11

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos (SUREH)

Foram considerados 07 (sete) Diretores, 03 (três) Membros do Comitê de Auditoria Estatutária, 03 (três) Conselheiros Fiscal e 07 (sete) Conselheiros Administrativos. Para os encargos sociais foram considerados 20% (vinte por cento) relativo ao INSS Patronal. A majoração no valor foi utilizado o índice INPC que está acumulado em 3,92%.

Na **Reunião da Diretoria**, de 23 de março de 2020, e na mesma linha na **Reunião do Conselho de Administração**, de 26 de março de 2020, foi sugerido pela não aplicação de reajuste de 3,92%, índice INPC acumulado, mantendo os valores praticados no período de abril 2019 a março 2020, fazendo a remuneração em **R\$6.819.135,99** (seis milhões, oitocentos e dezeno mil, cento trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme quadro a seguir:

	Abr-2020 a Mar-2021
Remuneração para Diretores	4.314.348,84
Encargos Sociais	862.869,77
Remuneração Conselho Adm.	776.582,52
Encargos Sociais	155.316,50
Remuneração Conselho Fiscal	258.860,88
Encargos Sociais	51.772,18
Remuneração Comitê Auditoria	332.821,08
Encargos Sociais	66.564,22
Montante Previsto Período	6.819.135,99

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos (SUREH)

A seguir, o item 13 do Formulário de Referência (Remuneração dos Administradores).

ANEXO IV

Informações constantes no item 13 do Formulário de Referência - Remuneração dos Administradores, em cumprimento ao Art. 12 da Instrução CVM nº 481/09

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar de não possuir uma política de remuneração formalmente aprovada, a prática de remuneração delimitada para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos demais comitês estatutários e de auditoria da Companhia, está em conformidade com as diretrizes previstas no Estatuto Social da Companhia e com as melhores práticas do mercado, buscando alinhar os interesses da Companhia com os interesses dos seus colaboradores, a fim de atrair e reter profissionais qualificados, e estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia à produtividade e eficiência.

O objetivo da política de remuneração da Companhia, consiste em estabelecer parâmetros que permitam alinhar a remuneração adotada a responsabilidade atribuída aos respectivos papéis e necessidade da empresa, bem como possibilidade de contar com profissionais dotados de competência, experiência e motivação.

Conforme disposto no artigo 152 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e no artigo 31, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia, o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, será fixado em sede da assembleia geral da Companhia.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por 12 (doze) salários mensais, equivalentes a 18% da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo

("Beneficiários"), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, é composta por 12 (doze) salários mensais, fixados pela Assembleia Geral, não inferiores à maior remuneração paga aos empregados da Companhia.

Não obstante, conforme disposto no artigo 52, §5º, do Estatuto Social da Companhia, os Diretores Estatutários perceberão honorários equivalentes ao maior salário-base da companhia, e 95% (noventa e cinco por cento) da maior função gratificada, que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

Ademais, cumpre salientar que, a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, compreende ainda, o recebimento de benefícios, como motorista, abono natalino, auxílio creche e vale alimentação, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado. Ressalta-se que o abono natalino, o auxílio creche e o vale alimentação pagos aos diretores da Companhia são pagos com base nos valores pagos a todos os empregados da Companhia.

Ainda, os membros da Diretoria da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo ("Beneficiários"), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida em conformidade com previsto na Lei das Sociedades por Ações, e com as práticas do mercado.

Conforme disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, igual a 14% da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa, nos termos do artigo 47 do Estatuto Social da Companhia, fixada pelo Conselho de Administração, composta por honorários mensais de seus membros efetivos, equivalente a 18% da média dos honorários atribuídos aos Diretores da Companhia.

ii. em relação aos últimos 3 exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos

exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
% em relação à remuneração total				
Salário Base		Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria	45,30%	54,70%	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
Salário Base		Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria	46,28%	53,72%	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
% em relação à remuneração total				
Salário Base		Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria	49,89%	50,11%	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O montante global da remuneração da administração da Companhia é aprovado, anualmente, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Como premissa básica, a metodologia de cálculo é estabelecida pelo Estatuto Social e planos de carreira da Companhia, uma vez que os honorários estão indexados ao maior salário da Companhia, que, após a realização de uma Pesquisa de Remuneração no mercado específico escolhido pela Companhia (equilíbrio externo) e a avaliação dos cargos (equilíbrio interno), obtiveram-se os subsídios necessários para a estrutura salarial, cargos e funções da

Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros dos órgãos da Companhia visa a atrair e reter profissionais, garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado e estimulando a busca e superação das metas pré-definidas, quando aplicável.

v. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da Administração da Companhia são remunerados.

vi. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conforme disposto acima os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, recebem apenas uma remuneração fixa, portanto, sem efeitos diretos de indicadores de desempenho.

vii. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, visto que a Companhia não adota indicadores de desempenho para estruturar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

viii. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A Companhia entende que a remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, motiva o empenho destes executivos no fortalecimento dos seus interesses, no desenvolvimento das políticas de gestão e na administração dos serviços de saneamento básico.

- ix. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável, visto que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

- x. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não há remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

- xi. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:**

- a. os órgãos e comitês da Companhia que participem do processo decisório, identificando de que forma participam**

O valor anual global da remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia é aprovado em assembleia geral. Após a definição das verbas globais de remuneração, a remuneração individual e o valor atribuído a cada membro da administração são definidos e aprovados em reunião do Conselho de Administração.

- b. critério e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e abrangência desses estudos**

O montante global da remuneração da administração da Companhia é aprovado, anualmente, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Como premissa básica, a metodologia de cálculo é estabelecida pelo Estatuto Social e planos de carreira da Companhia, uma vez que os honorários estão indexados ao maior salário da Companhia, que, após a realização de uma Pesquisa de Remuneração no mercado específico escolhido pela Companhia (equilíbrio externo) e a avaliação

dos cargos (equilíbrio interno), obtiveram-se os subsídios necessários para a estrutura salarial, cargos e funções da Companhia.

c. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

A Companhia ressalta que não possui, na data de apresentação deste Formulário de Referência, uma política de remuneração formalmente aprovada. Ademais, cumpre salientar que a política de remuneração da Companhia fora reajustada em razão da implementação dos programas de desligamento voluntário aos funcionários da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.107.700,72	4.821.338,86	234.435,00	6.163.474,58
Benefícios diretos e indiretos	0,00	111.074,88	0,00	111.074,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	221.540,14	964.267,77	46.887,00	1.232.694,91
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.851,36	0,00	3.851,36
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.620.658,98	0,00	1.620.658,98
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	1.329.240,86	7.521.191,85	281.322,00	9.131.754,71

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	de Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	4,00	22,00
Nº de membros remunerados	11,00	7,00	4,00	22,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.199.510,54	2.477.647,51	219.736,98	3.896.895,03
Benefícios direto e indireto	0,00	106.008,00	0,00	106.008,00
Participações em comitês	239.902,10	1.017.941,87	43.947,39	1.301.791,36
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.921,22	0,00	6.921,22
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.938.796,97	0,00	1.938.796,97
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.		Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.439.412,64	5.547.315,57	263.684,37	7.250.412,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	4,00	22,00
Nº de membros remunerados	11,00	7,00	4,00	22,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	664.676,72	2.623.778,24	96.298,53	3.384.753,49
Benefícios direto e indireto		105.008,40		105.008,40
Participações em comitês				
Outros	132.935,34	1.022.227,98	19.259,70	1.174.423,02
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme delimitado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº3/2019.
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.780,04	0,00	9.780,04
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.820.691,26	0,00	1.820.691,26
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo	0,00	0,00	0,00	0,00

opções)				
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03 /2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03 /2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03 /2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	797.612,06	5.581.485,92	115.558,23	6.494.656,21

13.3. Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação ao bônus:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**
- e. em relação à participação no resultado:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável, tendo em vista que o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal da Companhia não possuem bônus ou participação nos resultados.

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício**
- k. forma de liquidação**
- l. restrições à transferência das ações**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.



13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga**
 - ii. quantidade de opções outorgadas**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga**
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.



13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se torarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para o exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. prazo médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis:**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se torarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para o exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. prazo médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções exercidas informar:**
 - **número de ações**
 - **preço médio ponderado de exercício**
 - **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- e. em relação às ações entregues informar:**
 - **número de ações**
 - **preço médio ponderado de aquisição**
 - **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.



13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia não possuem, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, quaisquer valores mobiliários emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

13.10.Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Atualmente, a Companhia é patrocinadora de dois Planos de Benefícios Previdenciário administrados pela Fundação de Previdência dos Empregados da Saneago – PREVSAN, a qual foi criada pela Portaria nº 399, de 21.08.1992 (publicada no D.O.U. de 24.08.1992), do Ministério da Previdência Social, quais sejam (i) Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN, estruturado na modalidade benefício definido e (ii) Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN, estruturado na modalidade de contribuição definida (“**Planos de Benefícios Previdenciários**”). Referidos planos são destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo (“**Beneficiários**”), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

O aumento da expectativa de vida e a redução do retorno sobre os investimentos podem aumentar o custo do Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN, na medida em que desviem das premissas utilizadas no cálculo atuarial. Na hipótese de existência de eventuais déficits no plano de benefício patrocinado, a Companhia estará sujeita a aportar recursos para equacionar tal insuficiência.

(i)Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	7,00
Nº de membros remunerados ¹	0,00	0,00
Nome do plano	Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN	Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição</u> , os participantes deverão (i) ter uma idade mínima de 55 anos de idade; (ii) estar aposentado pela Previdência Social Oficial, com, no mínimo, 30 anos de serviço; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo serviço; (iii) ter se desligado da	

menosm 15 anos de filiação ao referido Companhia; e (iv) ter, pelo menosm 15 plano de benefícios, contados a partir da anos de filiação ao referido plano de última admissão como participante da benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.

Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da aposentadoria especial, os participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, conforme o tempo exigido pela Previdência Social Oficial tenha sido, conforme o tempo exigido pela respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; (ii) Previdência Social Oficial tenha sido, estar em gozo de aposentadoria especial respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; pela Previdência Social Oficial; (iii) ter se (ii) estar em gozo de aposentadoria desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo especial pela Previdência Social Oficial; menos 15 anos de filiação ao referido (iii) ter se desligado da Companhia; e plano de benefícios, contados a partir da (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação última admissão como participante da ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

0,00

0,00

Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

0,00

0,00

Possibilidade de resgate antecipado e condições

Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição, os participantes deverão (i) ter uma idade mínima de 55 anos de idade; (ii) estar aposentado pela Previdência Social Oficial, com, no mínimo, 30 anos de serviço; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menosm 15 anos de filiação ao referido Companhia; e (iv) ter, pelo menosm 15 plano de benefícios, contados a partir da anos de filiação ao referido plano de última admissão como participante da benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.

Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da aposentadoria especial, os participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, conforme o tempo exigido pela Previdência Social Oficial tenha sido, conforme o tempo exigido pela respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; (ii) Previdência Social Oficial tenha sido, estar em gozo de aposentadoria especial respectivamente, de 25, 20 e 15 anos;

pela Previdência Social Oficial; (iii) ter se (ii) estar em gozo de aposentadoria desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo especial pela Previdência Social Oficial; menosm 15 anos de filiação ao referido (iii) ter se desligado da Companhia; e plano de benefícios, contados a partir da (iv) ter, pelo menosm 15 anos de filiação última admissão como participante da ao referido plano de benefícios, PREVSAN. contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/ N°3/2019.

(ii)Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	7,00
Nº de membros remunerados¹	1,00	2,00
Nome do plano	Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN	Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Companhia; (iii) estar de vínculo empregatício com a Previdência Social, exceto no caso de Regime Geral de Previdência Social, aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver exceto no caso de aposentadoria por realizado a rescisão do contrato de invalidez; e (iv) tiver realizado a trabalho ou de vínculo de direção com a rescisão do contrato de trabalho ou de Companhia.	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Previdência Social, exceto no caso de Regime Geral de Previdência Social, aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver exceto no caso de aposentadoria por realizado a rescisão do contrato de invalidez; e (iv) tiver realizado a trabalho ou de vínculo de direção com a rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Companhia.
Valor acumulado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	0,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	0,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Companhia; (iii) estar de vínculo empregatício com a Previdência Social, exceto no caso de Regime Geral de Previdência Social,	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Previdência Social, exceto no caso de Regime Geral de Previdência Social,

aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver exceto no caso de aposentadoria por realizado a rescisão do contrato de invalidez; e (iv) tiver realizado a trabalho ou de vínculo de direção com a rescisão do contrato de trabalho ou de Companhia. vínculo de direção com a Companhia.

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/ N°3/2019.

13.11. - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,00	11,00	8,00	3,00	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	7,00	11,00	7,00]	3,00	4,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	260.296,07	143.158,58	149.736,40	9.890,57	17.992,02	7.199,39	7.692,66	37.061,23	3.035,07
Valor da menor remuneração(Reais)	23.575,99	30.216,66	12.124,47	2.744,03	4.786,21	6.571,98	4.423,77	4.142,59	2.772,30
Valor médio da remuneração(Reais)	57.396,89	52.797,99	63.164,40	6.153,89	8.939,72	6.154,41	3.563,24	7.088,29	2.927,88

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. O valor médio da remuneração contempla verbas de acerto com diretores desligados em 2019. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2018	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. O valor médio da remuneração contempla verbas de acerto com diretores desligados em fevereiro/2018. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2017	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. O valor médio da remuneração contempla verbas de acerto com diretores desligados em fevereiro/2017.

	Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
--	---

Conselho de Administração	
31/12/2019	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2018	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, do Conselheiro Hanna Mtanios Hanna Junior admitido em 30/07/2018 e foram pagos os retroativos em setembro de 2018. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2017	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2018	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Não obstante, a Companhia ressalta que o montante referente à maior remuneração recebida refere-se ao pagamento da remuneração do membro do Conselho Fiscal, Sr. Antonio Euripedes, a qual estava pendente desde a sua admissão em 12/04/2018. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2017	Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.



SANEAGO

13.12.- Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Conforme mencionado no item 12.11 deste Formulário de Referência, a Companhia contratou Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (Seguro D&O) com a AIG Seguros Brasil S.A., por meio do qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda indenizável coberta sob a apólice pela qual estes venham a ser legalmente obrigados em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade – se desconhecidos pelo segurado – ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo de garantia contratado que é de cinquenta milhões de reais.



13.13.Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, visto que nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia é parte relacionada aos controladores.



13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, não houve pagamento de qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a da função que ocupam.



13.15.Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, visto que nos últimos 3 exercícios sociais, não há valores reconhecidos nos resultados da Companhia de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.

13.16.- Fornecer outras informações relevantes que o emissor julgue relevantes

Atualmente, conforme informado no item 13.16, a Companhia é patrocinadora de dois Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela Fundação de Previdência dos Empregados da Saneago – PREVSAN, a qual foi criada pela Portaria nº 399, de 21.08.1992 (publicada no D.O.U. de 24.08.1992), do Ministério da Previdência Social, quais sejam (i) Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN, estruturado na modalidade benefício definido e (ii) Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN, estruturado na modalidade de contribuição definida (“**Planos de Benefícios Previdenciários**”).

O primeiro Plano de Benefícios Previdenciários 001 foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar em agosto de 2010, nos termos Ofício nº 2.394/CGAT/DITEC/PREVIC, e está em vigor desde 01 de novembro de 2010. Este Plano de Benefícios Previdenciários tem como objetivo a concessão de benefícios de **(i)** aposentadoria por invalidez, tempo de serviço ou contribuição, por idade ou especial; **(ii)** pensão por morte aos dependentes dos empregados da Companhia que aderiram ao referido plano; **(iii)** abono anual referente a 1/12 da suplementação devida em dezembro por mês de suplementação do respectivo ano; e **(iv)** benefício proporcional diferido, concedido aos participantes do referido plano que, por ocasião do seu desligamento da Companhia mantiver sua inscrição no plano de benefícios, optando pelo recebimento do benefício da aposentadoria na forma de um benefício proporcional diferido.

O segundo Plano de Benefícios Previdenciários 002 foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar em abril de 2019, nos termos do Parecer nº 191/2019/CAL/CGAT/DILIC, e está em vigor desde 01 de outubro de 2019. Este Plano de Benefícios Previdenciários tem como objetivo a concessão de benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo, nos termos e regras previstos em seu regulamento.

Por se tratar de planos estruturados na modalidade de benefício definido, o aumento da expectativa de vida e a redução do retorno sobre os investimentos podem aumentar o custo dos Planos de Benefícios Previdenciários na medida em que desviem das premissas utilizadas no cálculo atuarial.

Na hipótese de existência de eventuais déficits no primeiro Plano de Benefício Previdenciário 001, a Companhia estará sujeita a aportar recursos para equacionar tal insuficiência.

Os diretores estatutários ou conselheiros que são empregados efetivos da Companhia mantêm resguardado o seu benefício ao assumir tais funções.